



CORREIO DE COIMBRA

SEMANÁRIO DA DIOCESE DE COIMBRA | DIRECTOR: A. JESUS RAMOS
ANO 101 | N.º 4874 | 17 DE MARÇO DE 2022 | 0,75 €

1000

anos

CORREIO DE COIMBRA

SEMANÁRIO DA DIOCESE DE COIMBRA

SAUDAÇÃO

Virgílio Antunes

ENTREVISTAS

Carlos Azevedo

IGREJA - CULTURA - ARTE - PATRIMÓNIO

Delfim Leão

CIÊNCIA - CULTURA - UNIVERSIDADE

Helena Freitas

ECOLOGIA - AMBIENTE

Vera Jardim

LIBERDADE RELIGIOSA - DIÁLOGO INTER-CIVILIZACIONAL

Isabel Figueiredo

COMUNICAÇÃO SOCIAL DA IGREJA

1922 2022

Diocese

SALVAR VIDAS E PROTEGER PESSOAS

Donativos em: www.caritas.pt/donativos-online;
IBAN: PT50.0033.0000.01090040150.12;
Multibanco: 22222 (entidade) 222 222 222 (referência)
Campanha Solidária da Caritas para com as vítimas da Guerra na Ucrânia



Como pedra trabalhada

O *Correio de Coimbra* celebra o seu centenário com 5 entrevistas, que vão fundamentalmente ao encontro de algumas das maiores preocupações da Igreja dos nossos dias e do Papa Francisco, como a cultura, a ecologia, os diálogos inter-religioso e inter-civilizacional, a evangelização... Os nossos convidados estão na Igreja universal e na Universidade local; na vida política e na cidadania comum; na Igreja e fora da Igreja; na hierarquia e nos fiéis leigos; na comunicação e no ensino. Este é o retrato do *Correio de Coimbra* de hoje.

Significamos 100 anos de existência com pedra trabalhada: em colunas, capitéis, arcos, claustros... Solidez e consistência; suporte e elevação; beleza e durabilidade; matéria e arte; luz e espaço; memória e promessa; recolhimento e emanação espiritual. Este é o *Correio de Coimbra* de hoje.

Celebramos 100 anos mergulhados em tempos que vão “de crise em crise”, como disse Francisco (videomensagem aos jovens, a propósito da JMJ Lisboa 2023). A nossa resposta aos ventos da História, particularmente à presente crise da guerra na Europa, é alicerçar a esperança e a paz na rocha do Evangelho, na comunhão eclesial e no serviço à comunidade humana: com o diálogo no respeito pela diferença, com o rigor no trabalho persistente, com a proximidade para testemunhar os pequenos e grandes passos, com o foco no presente e com o saber e a gratuidade dos nossos colaboradores, a quem é devida sempre a primeira palavra de agradecimento.

Centenário do Jornal Diocesano Correio de Coimbra



Virgílio Antunes, Bispo de Coimbra

O Jornal Diocesano *Correio de Coimbra* celebra cem anos de existência. É um tempo de publicação alcançado por poucos periódicos no nosso país e que merece ser assinalado pelo trabalho realizado, pois em termos formativos e informativos e de acordo com a missão delineada nos seus alvares, constitui um grande serviço à comunidade.

Nasceu num período conturbado da história do nosso país e da vida da Igreja, quando se sentia a necessidade de dar voz à Diocese e de propor os princípios do Evangelho de forma pública e notória a todos os que desejavam conduzir a sua vida por eles. A Igreja, já nessa altura, sentia a urgência de sair para fora das paredes do templo a fim de ser um sinal de justiça, de paz e de disponibilidade para se edificar e ajudar à edificação da comunidade humana com o contributo claro da doutrina que vivia. Em todas as épocas que atravessou, o *Correio de Coimbra* manteve este seu ideário e procurou realizar a sua missão.

Há uma marca muito positiva que fica e que manifesta a importância da Igreja Diocesana estar presente no diálogo acerca de perspetivas e horizontes sobre os quais se alicerça a comunidade humana e a comunidade cristã. A reflexão filosófica, teológica, cultural e civilizacional faz parte integrante dos caminhos a trilhar pela humanidade que quer ser sempre buscadora da verdade. O *Correio de Coimbra*, com a sua especificidade e na sua condição, esteve e está presente. A sua ausência teria sido altamente empobrecedora para o panorama de reflexão feita em Coimbra. Com humildade, reconhecemos que, graças ao jornal semanário e a outros instrumentos surgidos na Diocese, a Igreja deu o seu contributo à cidade e à Diocese de Coimbra.

Este momento festivo faz-nos pensar no futuro. Estamos na era da comunicação e cada vez mais abertos ao desenvolvimento dos meios e formas de a concretizar adequadamente. Dentro de um plano global de comunicação diocesana há de continuar a incluir-se o jornal semanário *Correio de Coimbra*, seja ele impresso ou difundido pelas vias digitais, quer ele tenha a configuração atual ou caminhe para o modelo que vier a perceber-se mais oportuno para as presentes circunstâncias.

Passaram pelo nosso semanário diocesano muitas figuras marcantes da Igreja e da sociedade, que puseram, livremente, a sua pessoa, o seu saber e a sua reflexão à consideração de todos. Damos graças a Deus por todos os que desde o primeiro momento até hoje foram os responsáveis e colaboradores deste órgão de comunicação.

Agradecemos também aos que foram os leitores do *Correio de Coimbra* ao longo destes cem anos, de modo especial aos que o são ainda hoje. Têm sido um estímulo para a redação do jornal, um suporte económico imprescindível, mas sobretudo um sinal de que o amor à Igreja, à comunidade diocesana, também se manifesta no carinho que nutrem pelo seu jornal.

A celebração deste centenário há de marcar uma nova relação dos cristãos e das comunidades com a Igreja Diocesana, espelhada também na relação com os seus meios de formação, informação e comunicação, de que o semanário *Correio de Coimbra* tem sido um dos rostos mais visíveis.

Parabéns pela vida e pelo caminho percorrido, com os votos de uma vida longa ao serviço, sempre em renovação, da comunicação em Igreja.

PUB

Há mais de 35 anos,
Gerimos os Seguros da sua Família, Associação, Centro Social ou Empresa;

Esperamos por si!
Contacte-nos!

Av. Fernão de Magalhães,
136, 2o - sala Q, 3000-171 Coimbra
Tel. +351 239 851 810 · Fax +351 239 851 819
geral@spl.pt

SÁ PEREIRA DO LAGO
CORRETOR DE SEGUROS

GRUPO REGO
INSURANCE SOLUTIONS

CORREIO DE COIMBRA

PROPRIEDADE
Seminário Maior de Coimbra
Contr. n.º 500792291 | Registo n.º 101917
Depósito Legal n.º 2015/83

DIRETOR
A. Jesus Ramos (T.E. 94)

DIRETOR ADJUNTO
Carlos Neves (T.E. 1163)

ADMINISTRAÇÃO
Communis Missio - Instituto Diocesano de Comunicação
Centro Pastoral Diocesano Coimbra
Rua Domingos Vandelli, n.º 2
3004-547 Coimbra

REDAÇÃO
Miguel Cotrim (C.P. 3731 A)

PAGINAÇÃO
Frederico Martins

IMPRESSÃO E EXPEDIÇÃO
FIG - Industrias Gráficas, S.A.
Rua Adriano Lucas, 3020-265 Coimbra

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EDIÇÃO:
Correio de Coimbra - Seminário Maior de Coimbra
Rua Domingos Vandelli, 2 | 3004-547 COIMBRA
redacao@correiodecoimbra.pt
Telef. 239 792 344

ASSINATURAS
assinaturas.jornal@gmail.com

SUPLEMENTO
suplemento@correiodecoimbra.pt

PREÇO DAS ASSINATURAS
Anual | 30 € Amigo | 35 €
Benfeitor | 40 € Paróquia | 20 €

TIRAGEM
5000 exemplares

COLABORADORES
Os artigos de opinião são da responsabilidade dos seus autores.

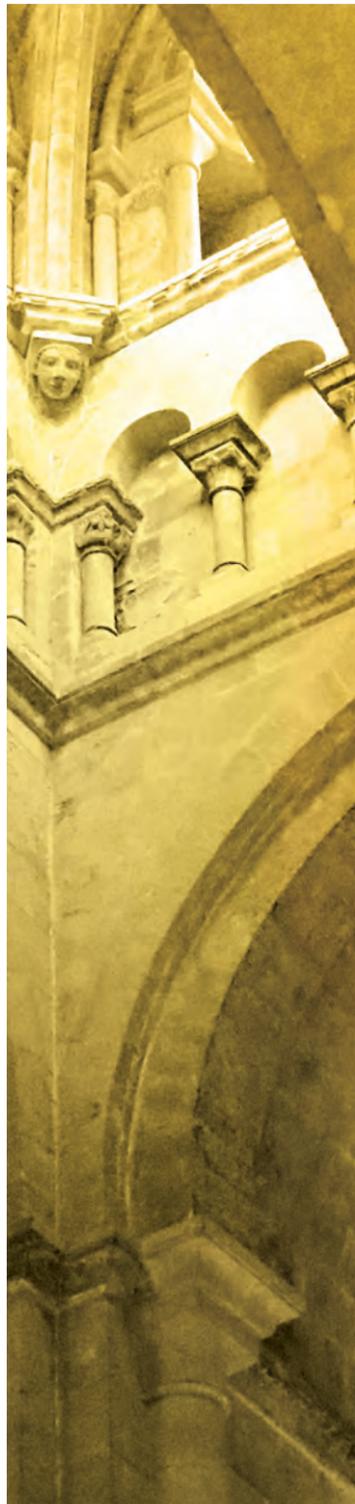
ESTATUTO EDITORIAL
www.correiodecoimbra.pt

PAGAMENTO ASSINATURA JORNAL

NIB: 0018.0003.4059.0291.0201.3

Ao fazer transferência bancária pedimos o favor de nos enviar o comprovativo da mesma para o email, assinaturas.jornal@gmail.com, identificando com o nome, localidade e número de assinatura.

Entrevista Centenário



CARLOS AZEVEDO

“A arte tem a vantagem de apontar com antecedência os caminhos”

“Um clima indefinido e fragmentado, sem capacidade para captar os traços do mistério de Deus, porque catapultados por sucessivas emoções e pulsões” aparece como o primeiro enunciado dos vários traços dominantes no pensamento cultural do momento presente identificados pelo bispo Carlos Alberto de Pinho Moreira de Azevedo, Delegado do Conselho Pontifício da Cultura, desde novembro de 2011, onde coordena o Departamento dos Bens Culturais. É também Membro da Comissão Pontifícia de Arqueologia Sacra, desde 2015.

CORREIO DE COIMBRA

Dom Carlos Azevedo, muito obrigado por aceder ao nosso convite para esta entrevista. Permita-me começar por lhe pedir uma apresentação do seu próprio trabalho dentro da Cúria Romana.

CARLOS AZEVEDO

Como Delegado para os bens culturais no Pontifício Conselho da Cultura, participo nas grandes linhas do Conselho e dedico-me especificamente a atender a questões dos arquivos, bibliotecas, museus e património em geral, também imaterial como a música. Já pus de pé, com o departamento que oriento, quatro congressos internacionais sobre Música e Igreja, pois, pelos 50 anos da *Musicam Sacram* (2017), verificamos que não havia nenhuma orientação geral da Igreja sobre este tema. O serviço da música tem decaído de qualidade, após a introdução das línguas vernáculas na liturgia.

Entretanto, novos problemas, como o das igrejas sem uso litúrgico, que crescem no ocidente (zona europeia, norte-americana

e australiana), motivaram um congresso e a redação de algumas linhas de orientação, aprovadas por representantes das conferências episcopais, em trabalho sinodal. Estão disponíveis no nosso sítio na net (www.cultura.va).

Depois, há a resposta a pedidos vindos de todo o mundo, seja para deslocações e intervenções em Colóquios, seja para esclarecimento ou, por vezes, resultantes de queixas apresentadas ao Papa, relacionadas com os bens culturais. Ou ainda preparar pareceres de apoio a candidaturas de património mundial da UNESCO, como ocorreu por exemplo, com as igrejas de Nagasáqui, no Japão.

Que projetos do Conselho Pontifício para a Cultura, digamos, de maior envergadura, estão neste momento em cima da mesa?

Em curso estão: a exposição de Dubai, debates entre ciência e fé, iniciativas do “átrio dos gentios” (diálogo com os não crentes), o tema do desporto como fenómeno cultural, a cultura digital. No sector que dirijo, temos, agora,

em fase final, um Congresso, já com inscrições abertas para 4-5 de maio, em parceria com a Congregação dos institutos de vida consagrada, sobre os bens culturais das ordens e congregações religiosas, pois o encerramento de muitos conventos e mosteiros levanta um grave problema. O congresso acolhe 16 intervenções de experiências em curso que podem sugerir boas soluções para o futuro, pois nos próximos 10 anos prevê-se o encerramento de 50% destas casas, em virtude do envelhecimento dos seus membros e da falta de novas vocações.

Quais são, na sua leitura, os traços dominantes (ou emergentes) do pensamento filosófico e cultural no momento presente?

Após a queda das três grandes filosofias: idealismo hegeliano, marxismo e positivismo, cresce o pensamento débil, desinteressado pela procura do sentido último e por uma visão orgânica da vida. No atual pluralismo cultural, parecem emergir alguns traços que apenas enumero: um clima indefinido e fragmentado,

sem capacidade para captar os traços do mistério de Deus, porque catapultados por sucessivas emoções e pulsões; a valorização das ciências e da tecnologia, sobretudo das neurociências e da inteligência artificial, com lugar dominante na visão do universo e do ser humano; a urgência de um sentido crítico diante do do-

mínio da cultura digital, que veio alterar o tipo de relação entre as pessoas; a consciência de responsabilidade com toda a criação, seja animal, seja ambiental; a proposta de um humanismo radicalmente aberto a diversas sensibilidades biológicas, afetivas e espirituais, construtor de nova economia, bem como preo-

“

No setor que dirijo, temos, agora, em fase final, um Congresso [...] em parceria com a Congregação dos institutos de vida consagrada, sobre os bens culturais das ordens e congregações religiosas, pois o encerramento de muitos conventos e mosteiros levanta um grave problema. O congresso acolhe 16 intervenções de experiências em curso que podem sugerir boas soluções para o futuro, pois nos próximos 10 anos prevê-se o encerramento de 50% destas casas, em virtude do envelhecimento dos seus membros e da falta de novas vocações.

4 Carlos Azevedo

cupado com o futuro enquadramento do trabalho humano e da democracia; um renovado sentido da contemplação que intui a glória das pequenas coisas e percebe o valor da inspiração criativa tão necessária para uma vida em plenitude.

Como é que esses traços “provocam” a Igreja?

A provocação tem sido captada em abertura aos sinais dos tempos, evitando seja a resignação, seja a intolerância. O perfil cultural hodierno obriga a romper uma certa superficialidade e uma aparência rotineira e a pôr-se em jogo, para proceder a uma reflexão profunda sobre a inculturação do cristianismo. Embora alguns cristãos sintam a presente cultura secularizada como ameaça e a considerem contra-cultura, são chamados a perceber que a Igreja ao longo da história nunca se subjugou a uma filosofia, a um estilo, mas sempre dialogou com a evolução das sucessivas correntes, umas vezes com mais sucesso e outras em desencontro, alternando harmonia e conflitos. O potencial profético e utópico que se perdeu nas ideologias políticas pode ser adquirido, se se der ao discurso sobre Deus um sentido, no seguimento de Jesus. À sensação de irrelevância da religião, que a epidemia evidenciou, só se pode responder com uma vida plena de beleza e formas de celebração significativas. A velocidade da mudança cultural causa vertigem, se não existe abertura mental para perceber a singularidade de cada ser humano e conjugá-la com uma visão da fraternidade universal. Importa ser lugar aberto e acolhedor dos

E quais são “os traços” filosóficos e culturais que a Igreja, por sua própria iniciativa, tenta aportar ao mundo contemporâneo?

É reconhecido o contributo da visão evangélica para o bem comum da humanidade, através da linguagem simples do Papa Francisco, que torna conhecido do grande público, o que muitos refletem sobre ecologia, fraternidade, economia humanista, relações internacionais, renovação da Igreja, valor da família. A linguagem credível e compreensível é basilar. Assim, combatendo a indiferença e o individualismo, conscientes de tanta incerteza e vulnerabilidade global, podemos contribuir para o nascimento de um novo desenvolvimento social, com crescimento limitado, com regras do viver em comum. Há um novo modo de viver, um estilo de vida a ser atingido, com autolimitação livre e uma solidariedade sem condições. Só assim a humanidade poderá sobreviver e abaixar as armas. A Igreja, que não se define por uma visão do mundo ao lado de outras, alegra-se na convergência de valores como: dignidade da pessoa humana, liberdade religiosa, defesa da vida, igualdade de direitos e deveres entre homem e mulher, atenção aos mais débeis e frágeis, crescimento do voluntariado. Inspirados sempre na Palavra e na ação do Espírito, há possibilidade de comunicar a fé no novo ambiente cultural, se houver uma vontade operativa, uma renovada energia que abane e refresque as consciências e salte da preocupação para a proposição séria, portadora de esperança no futuro.

a proposta cristã da felicidade. Não direi que há choque, mas pior: há um desacordo subtil que impede preparar sinodalmente os passos do futuro. A obscuridade presente requer discernimento comunitário, para o qual Papa Francisco convocou a Igreja no seu todo.

O que acrescenta a cultura, na sua expressão artística – estou a pensar na pintura, escultura, música... – à capacidade de “dialogar” com o mundo?

A carga expressiva da arte tem a vantagem de apontar com antecedência os caminhos, pois capta, penso eu, melhor que a literatura, a vivência dos seres humanos naquele dado momento, as aspirações espirituais palpantes. Se não nos contentamos com uma visão superficial da realidade, as artes abrem o pensamento e são uma prope-dêutica profética do que está a chegar, de um advento permanente da presença de Deus no itinerário humano. Temos de ser fiéis à espessura corpórea da verdade cristã de Deus, em ordem a corresponder às consequências estéticas da encarnação. A linguagem das imagens e dos cânticos complementa a experiência cristã e permite ao Espírito Santo criador animar a cultura atual. É significativo que a teologia aprenda a ver, na profunda mediação estética, um apoio decisivo. Uma pintura emociona-nos, uma música move-nos porque são indício ou confirmação de uma intuição de verdade que nos habita e, naquele instante, nos fascina. A arte torna-se verdadeiramente epifania sensível da graça, manifestação antecipada do futuro em Deus. Os cristãos devem ser capazes de perceber as profecias “alheias” como surpresa do Reino novo e da ação do Espírito Santo.

A História – e o senhor D. Carlos Azevedo é também um homem da História – deixou-nos obras que são testemunhos imortais de cada época. O que estamos nós a deixar, como testemunho do nosso tempo, às épocas futuras?

Há muitas maravilhas transbordantes de beleza a que não prestamos atenção, seja em vidas doadas a serviço do bem dos outros: na saúde, na educação, na política, na economia, na prática da caridade, no pensamento, seja em obras de arte. Recordo que quando, no ano 2000, se tentou conhecer o que havia de arte sacra, nos últimos cinquenta anos, surpreendeu o resultado que excedeu o habitual maldizer da situação. Quando se consegue ir além da pressa e da banalidade, liberta-se da prisão de cânones antigos, infelizmente invasores de alguns espaços litúrgicos, atinge-se a beleza na arquitetura, pintura e escultura, cerâmica e ourivesaria, dignas de, futuramente, constar nos anais e nas crónicas.

E dentro da própria Igreja: podemos dizer que há hoje um choque de “culturas intra-eclesiais”?

Preocupa-me muito a posição de alguns, que apesar de serem minoria, fazem barulho e seduzem parte do clero mais jovem na ideia que voltar ao passado é o caminho do futuro. Pessoas inseguras psicologicamente aderem com facilidade a um conservadorismo doutrinal, a uma dedicação espiritualista e devocional, em vez de arriscar ir ao encontro da realidade atual e dialogar, servir os mais pobres e confusos, apresentando humildemente, mas firmemente

“

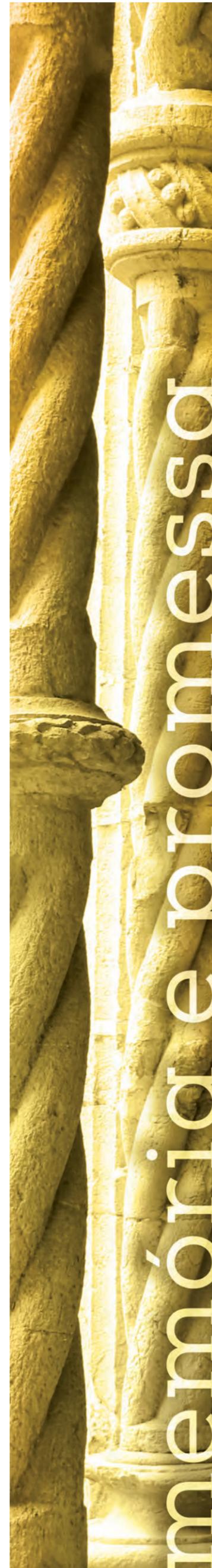
Se não nos contentamos com uma visão superficial da realidade, as artes abrem o pensamento e são uma prope-dêutica profética do que está a chegar, de um advento permanente da presença de Deus no itinerário humano.

Visto a partir de Roma, e de todo o convulsar cultural do mundo atual, que sentido faz hoje um jornal como o Correio de Coimbra?

O jornal de uma diocese importante preenche ainda um espaço necessário, pois muitas pessoas, com interesse em acompanhar a vida eclesial, não acedem facilmente aos meios digitais. Estar presente para combater a cultura da indiferença e projetar um olhar crítico e contemplativo sobre o que acontece e, quanto possível, atender a questões localmente em debate constitui um nobre serviço. Nas experiências de cada dia pode ser encontrado o alfabeto com o qual compor as palavras que comunicam o amor infinito e misericordiosos de Deus. Diante de uma cultura de massas dos grandes meios de comunicação, ao serviço de uma gigantesca máquina de propaganda, muitas vezes criadora de medo, de diversão da realidade, de consumismo, subjugados a influências económicas e políticas, há o dever de oferecer notícias e opiniões que coloquem a pessoa humana no centro das opções, que transmitam uma sabedoria inspirada nos valores evangélicos e motivadora de uma cidadania ativa.

Permita-me, a terminar, voltar à sua pessoa. Disse no dia da sua ordenação episcopal: “Estou pronto para seguir Jesus, na coragem de homem livre para um amor maior, livre de si mesmo, livre dos bens, livre dos outros em obediência total ao Pai”. Onde, ou em quê, continua hoje a alimentar essa liberdade?

Os ideais são sempre maiores do que as nossas pernas e condicionados pelo que nos permitem! São uma bússola essencial para manter o fervor de noviço! Mas confirmo a disponibilidade interior, qual dom do Espírito Santo, que só alimentada pelo mastigar do Evangelho mantém vigor, indo além da minha debilidade e limite. Seguir a liberdade de Jesus permanece a minha paixão, atravessa as reflexões e os estudos, a que ultimamente dedico grande parte do meu tempo, orienta o modo de me relacionar com as pessoas e as coisas.



“

Não direi que há choque [de “culturas intra-eclesiais”], mas pior: há um desacordo subtil que impede preparar sinodalmente os passos do futuro. A obscuridade presente requer discernimento comunitário, para o qual Papa Francisco convocou a Igreja no seu todo.

movimentos de busca de sentido para deixar ecoar os dramas e as esperanças latentes nos nossos contemporâneos, longe de atraentes populismos. O cristianismo valoriza o concreto, o quotidiano, o marginal, a comunidade, a participação ativa, a sobriedade. Não há uma verdade abstrata a impor, mas uma pessoa a propor, a pessoa de Jesus como experiência pessoal, comunitária e prática. Há uma estrada aberta para o investimento numa inteligência cristã no pensamento, nas artes, na ética pública, na literatura. Neste sentido, é fundamental o papel da escola e da universidade.



Entrevista Centenário 5

DELFIN LEÃO “A identidade europeia é profundamente fecunda”



Doutor em História da Cultura Clássica pela Universidade de Coimbra, onde é Professor Catedrático, Delfim Ferreira Leão é atualmente Vice-Reitor desta mesma Universidade, tendo na sua área de ação a cultura e a ciência aberta. Na entrevista ao Correio de Coimbra, Delfim Leão reconhece que “a Igreja tem feito um trabalho muito interessante” na abertura ao exterior, “uma abertura que não pode ser dogmática, porque as pessoas têm as suas convicções e devem discuti-las abertamente”.

CORREIO DE COIMBRA

Senhor Professor, muito obrigado pela amabilidade da entrevista, que gostaríamos que fosse centrada no mundo da ciência e da cultura, valências extraordinariamente marcantes do nosso microcosmos a partir da Universidade de Coimbra e que são precisamente os “pelouros” que lhe estão atribuídos dentro da equipa reitoral da mesma Universidade. Quando falamos de ciência, temos uma espécie de estrutura mental a priori, embora aprendida, que nos reencaminha para as ciências positivas. Mas ciência é, com certeza, uma modalidade de saber bem mais ampla...

DELFIN LEÃO

Sem dúvida. O termo ciência aplica-se a todos os domínios do saber, sem distinção. Por vezes, a oposição que se faz é, talvez, mais entre ciências e humanidades, por exemplo: mas repare que também falamos de ciências sociais e humanas. A ciência respeita assim a todas

as áreas do saber e só por uso ou bordão linguístico é que se fazia essa oposição, que não faz sentido. Portanto, quando falamos de ciência, podemos com total rigor e propriedade aplicar o mesmo termo a todas as áreas do saber, porque todas convocam o mesmo tipo de rigor e de empenho, embora, obviamente, o façam com metodologias distintas.

Do mesmo modo, quando falamos de “cultura”, somos reencaminhados para um certo elitismo intelectual ou artístico. Também aqui “cultura” é mais do que isso?

Também é verdade! Ainda há pouco estava a consultar um estudo publicado recentemente sobre os hábitos culturais dos portugueses, que acusa, de certa forma, o que está a dizer, ou seja, a conotação da cultura com uma determinada camada da população, que nós poderíamos dizer uma “elite”, no sentido de não ser tão lata quanto deveria.

Isto leva-nos à pergunta sobre que tipos de cultura há ou sobre a que realidade nos reportamos quando falamos de cultura. Na

verdade, as expressões culturais podem ser múltiplas e têm igualmente direito a existir. Quando falamos em cultura popular, por exemplo, parece haver por vezes uma certa desvalorização, uma tendência para não a conotar como cultura; ora a cultura popular tem o seu espaço de afirmação e pode, com frequência, promover eventos que convocam milhares de pessoas... Na verdade, são tudo formas de expressão cultural, umas mais populares na sua formulação ou na maneira como atraem público e são acolhidas; outras, diríamos, constituem manifestações mais de nicho, para as quais pode não haver uma adesão tão imediata, porque carecem de maior formação e preparação para serem acolhidas. Quando falamos, por exemplo, da cultura que encontramos nos museus – embora os museus sejam uma realidade extremamente lata, porque são manifestações de múltipla natureza – ou quando falamos da chamada cultura erudita, de música erudita, do teatro, vamos, de alguma forma, afunilando o conceito. E quando isso acontece,

a noção de cultura tende a aproximar-se, de alguma maneira, de um conceito de elite. Portanto, diria que a cultura, enquanto tal, tem múltiplas manifestações e que, através dessas múltiplas manifestações, procura estar acessível a toda a gente.

Agora, quando dizemos que a cultura chega a poucos, estamos a pensar sobretudo num determinado tipo de manifestação cultural, mais profissionalizada, mais exigente, que, por isso mesmo, ainda não está tão divulgada como deveria estar. E há realmente uma ligação clara entre cultura, aprendizagem e formação: as pessoas que têm, por exemplo, um nível mais aprofundado de instrução, ficam naturalmente também mais despertas para outros níveis de cultura. Diria que, tal como o saber ler e escrever desvendavam muitos mundos nos tempos em que poucos estavam habilitados para o fazer, também quando aprofundamos os nossos conhecimentos se desvendam universos culturais para os quais não estávamos tão sensibilizados ou até nem compreenderíamos de todo.

Nesse sentido, há uma parte da cultura que ainda será elitista. Agora, como é que se combate isso? Promovendo a formação das pessoas e trabalhando também, ativamente, para abater as barreiras que possam existir do ponto de vista conceptual, ou pelo menos da perceção que nós te-



Há uma ligação clara entre cultura, aprendizagem e formação: as pessoas que têm, por exemplo, um nível mais aprofundado de instrução, ficam naturalmente também mais despertas para outros níveis de cultura.

6 Delfim Leão

mos sobre a cultura. Por exemplo, se perguntar se a ópera pertence a essa área da cultura erudita, certamente que sim, mas, por isso mesmo, também pode correr o risco de ficar restrita a um grupo de pessoas que a apreciam, mantendo-se a população em geral menos sensível a esse tipo de manifestação artística. Portanto, também haverá da parte de quem se dedica à produção desse tipo de cultura – que, obviamente, é muito exigente – a necessidade de fazer um esforço de “popularização”, no sentido de a fazer chegar a um público mais amplo, com benefícios para quem produz e para quem possa usufruir desse bem cultural.

ficamos à espera de que o trabalho das pessoas envolvidas não seja justamente recompensado. Não colocamos essa questão em relação a outras profissões, mas nesta área uma tal expectativa parece de alguma forma existir... Isto depois reflete-se, naturalmente, sobre o fraco peso relativo da cultura no Orçamento, sobre a reduzida capacidade de reivindicação que estas áreas possuem... O que, de alguma forma, é um paradoxo, porque a cultura, na sua aceção lata, é essencial, como ficou claro no período de confinamento. O que seria de nós, da nossa sanidade mental, se não pudessemos ver filmes, se não pudessemos ouvir música, se

padrões vão emergindo e se afirmam como alternativos, ou até mesmo como novos focos de interesse, é natural que questionem a própria história e o papel que a Europa teve. Mas não há qualquer dúvida de que – com as suas contradições, com as suas complexidades – a Europa é claramente um farol daquilo que podemos considerar a cultura humanista. Passou já por muitas dificuldades, por muitos conflitos, guerras, contradições, mas todo esse processo histórico permitiu maturar um conjunto de valores que podemos considerar universais. Por vezes, nem os conotamos com a cultura europeia, precisamente porque eles foram interiorizados como sendo, de alguma maneira, valores que identificam o humano, naquilo que é o peso, o valor, a essência da própria existência. Ora, para reconhecer isso, precisamos de visitar as raízes da Europa, se quisermos, Jerusalém, Roma e Atenas, ou seja, esse passado judaico-cristão que plasmou a identidade europeia, marcada intensamente por essas civilizações antigas, em particular a grega e a romana, e que são referentes constantes do que podemos chamar o perfil de cultura europeia, ou até, amplificando, embora seja um conceito por vezes posto em causa, de cultura ocidental. Não há dúvida de que o conhecimento consciente dessas raízes, que são identitárias, que marcam a matriz civilizacional que nós temos, é essencial. E se, por qualquer motivo as repudiarmos, que seja um repúdio assente em bases sólidas, de conhecimento, e não baseado no desconhecimento.

Obviamente, isso não implica desvalorizar outros padrões culturais, civilizacionais, que existem no mundo e que devem ser respeitados e incorporados. E os jovens têm aí um papel essencial. Por um lado, uma sociedade sem jovens não se renova. E quando falamos de um continente, como a Europa, essa questão é ainda mais pertinente, porque uma das dificuldades da Europa é a de repor a própria população: vivemos melhor e mais tempo, mas tendemos a ter muito menos filhos, o que significa, desde logo, uma necessidade de imigração e, com ela, temos o problema de acolher o outro, de acolher mundividências diferentes. Por outro lado,

os jovens, para além de serem, sempre, a esperança, são também marcados por uma sociedade em profundíssima mutação. E, dentro das mutações a que estão sujeitos, encontra-se também a que é promovida pela mobilidade: os jovens hoje possuem, por natureza, um espírito cosmopolita, porque têm muita facilidade de contactar qualquer pessoa em qualquer ponto do mundo, cultivam essas redes, que são amplas na sua expressão, e mesmo fisicamente viajam muito. Para um jovem, hoje em dia, é mais difícil, por exemplo, ligar a ideia de identidade a um local concreto. Não quer dizer que não goste de lá voltar, mas é mais duvidoso que o carinho por esse local tenha intensidade suficiente para essa pessoa aí se fixar. Os jovens são cada vez mais “cidadãos do mundo”, “nómadas digitais”, a viverem num ponto e a trabalhar noutra a milhares de quilómetros sem nenhuma perturbação... Por tudo isto, retomando a questão colocada, conhecer as raízes é essencial para os jovens, porque sem raízes não há identidade. E a identidade europeia é profundamente fecunda: não foi sempre positiva, não foi sempre luminosa, mas é extremamente rica, e diria que constitui mesmo o paradigma mais rico que podemos apresentar. É essencial conhecê-la, sem ter receio das suas contradições e, obviamente, assumi-las. Nesse processo, todos somos convocados, mas os jovens têm um papel fundamental, porque são aqueles que vão plasmar o futuro.

Que cultura ou novas culturas estão a emergir na Europa de hoje por responsabilidade das Universidades?

Não creio que haja uma resposta evidente para essa questão. Na Universidade de Coimbra, por exemplo, recebemos neste ano letivo estudantes de 115 países diferentes, ainda que com predominância de países europeus e lusófonos. A deslocação destas pessoas não comporta apenas assistir a aulas, buscar conhecimento; elas viajam com a sua língua, a sua cultura, a sua forma de ver o mundo, trazem um contributo que tem uma expressão cultural. Nas atividades culturais promovidas pela Reitoria, ou por outros organismos, encontramos com muita frequência uma percentagem elevada de alunos

estrangeiros. A comunidade brasileira, que é das mais amplas, está bem organizada; mas também outras. Isso claramente marca a cultura que se faz e está a afetar, no bom sentido, aquilo que é a percepção cultural desta região onde nós estamos, desta cidade em particular, tornando-a mais cosmopolita, mais aberta à diferença, mais aberta à inclusão. Agora, se isto se consubstancia num movimento claramente identificado, ou com características muito definidas, tenho mais dúvidas, porque uma das marcas da cultura, e também da sociedade, é uma certa permeabilidade, digamos, a gostos variados, o que é em si mesmo uma característica interessante, porque gera uma tensão que, na verdade, é geradora de criação. Como diziam os mitos antigos, *do caos, que é a desordem, vem a surgir o cosmos, que é a ordem*. Mas para que a ordem surja, alguma coisa tem que agir sobre a potência daquilo que pode existir. Os antigos mitos gregos descreviam isto muito bem, através da ideia do amor e do seu contrário, o desamor, porque são contrários que, agindo, provocam reações e provocam mudança. Na cultura acontece precisamente isso. Obviamente, nós temos uma cidade com tradições culturais fortes, muito marcadas, mas que são todos os dias desafiadas a incluir outras perspectivas. E a aposta que nós fazemos visa muito isso, que esta capacidade criativa constante surja. Se isso corresponde a um padrão novo, emergente, de cultura, não consigo ainda afirmá-lo com certeza, mas parece-me claramente ser um padrão menos dogmático e mais inclusivo.

E como é que as universidades interagem com as populações que lhes são próximas em termos de fecundação cultural mútua?

Esse é um dos pilares centrais do plano de ação do Senhor Reitor e daquilo que nós procuramos levar à prática, ou seja, que a cultura não fique fechada na Universidade, que claramente se junte à comunidade: antes de mais, à comunidade académica, mas, depois, à cidade, à região e também a uma dimensão internacional. Uma das coisas mais interessantes da experiência que estou a ter é a proporção cada vez maior de grupos da cidade e da região que colaboram diretamente com as atividades que nós promovemos e vice-versa. Daí resulta, claramente, uma riqueza bastante maior. Se transpusermos isto que estamos a dizer da cultura para a ciência em sentido lato, estamos a assistir a um processo que é inclusivamente desejado do ponto de vista conceptual, a chamada ciência aberta, que, no fundo, se pode exprimir muito bem pela forma cultural: o que se pretende não é dizer apenas que se produz um

“

Na Universidade de Coimbra, por exemplo, recebemos neste ano letivo estudantes de 115 países diferentes, ainda que com predominância de países europeus e lusófonos. A deslocação destas pessoas não comporta apenas assistir a aulas, buscar conhecimento; elas viajam com a sua língua, a sua cultura, a sua forma de ver o mundo, trazem um contributo que tem uma expressão cultural.

Quais são as grandes fragilidades do universo da cultura?

Esse é um tema sempre presente, mas que se notou de forma mais aguda no contexto pandémico que ainda estamos a viver. De facto, umas das áreas mais afetadas pela pandemia, e em particular pela experiência do confinamento, foi a cultura. E isto não apenas do ponto de vista do contacto com o público, do contacto com o auditório, numa área em que isso é essencial, mas também porque pôs a nu a situação extremamente precária de milhares de agentes da cultura que têm contratos muito instáveis e estão totalmente dependentes dos concertos e espetáculos que vão fazendo. Ora, quando um pai, uma mãe, se coloca perante a opção de um filho ou de uma filha que quer seguir a área cultural, que quer ser artista, músico, ator de teatro ou em outro tipo de atividade, é natural que receiem um pouco pelo seu futuro perante a debilidade que essas carreiras apresentam. Há assim muito por fazer na estabilização das carreiras e no reconhecimento das pessoas que se dedicam à cultura.

E a verdade é que também nós, de um modo geral, não temos muita disponibilidade para pagar pelos bens culturais. Estamos à espera que eles nos sejam sempre oferecidos, o que nos coloca perante uma dificuldade acrescida: ou o produto cultural é custeado por alguém – o Estado, por excelência, ou então um mecenas – ou

não pudessemos ler um livro?! — para falar apenas de expressões culturais mais evidentes. A cultura tem um peso muitíssimo importante no ânimo coletivo, na ocupação dos tempos livres, na diversão, na própria economia que movimenta, na forma como nos faz sentir bem, mas depois, do ponto de vista social, político, parece haver uma certa desconsideração da mesma na altura de a apoiar e de a considerar ou não como uma área prioritária naquilo que devem ser as opções programáticas.

Falemos de continuidade e rutura cultural, tendo até presente que o senhor Professor é uma pessoa da Cultura e da História. Como lê a insistência com que o Papa Francisco apela à Europa, como Continente, e aos jovens, como geração, para que aprofundem as suas “raízes”?

É um apelo não apenas compreensível, mas completamente acertado. É um pedido que tenta aproximar algo que deveria estar naturalmente coeso, mas que não está, ou pelo menos não se sente como tal. Por um lado, é um apelo à Europa para fazer as pazes com a história e consigo mesma. A Europa tem um passado onde nem tudo é luminoso, mas com uma história milenar que marcou durante muito tempo, e continua a marcar, aquilo que são os padrões dominantes, padrões culturais, estéticos, morais, éticos, comportamentais... Contudo, à medida que outros

“

Nós temos uma cidade com tradições culturais fortes, muito marcadas, mas que são todos os dias desafiadas a incluir outras perspectivas. E a aposta que nós fazemos visa muito isso, que esta capacidade criativa constante surja. Se isso corresponde a um padrão novo, emergente, de cultura, não consigo ainda afirmá-lo com certeza, mas parece-me claramente ser um padrão menos dogmático e mais inclusivo.

Entrevista Centenário

7

Solidiez e consistência



HELENA FREITAS

“Portugal ganhará sempre com boas políticas de ambiente”

Professora catedrática na área da Biodiversidade e Ecologia, no Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra – Universidade pela qual é doutorada em Ecologia, em colaboração com a Universidade de Bielefeld, na Alemanha – Helena Maria de Oliveira Freitas sustenta em entrevista ao *Correio de Coimbra* que “O estilo de vida individualista e predador da natureza não pode continuar”, ilustrando-o com dados científicos e uma nova consciência civilizacional emergente.

CORREIO DE COIMBRA

Senhora Professora Helena Freitas, muito obrigado pela disponibilidade para esta entrevista. Tivemos recentemente (1 e 12 de novembro de 2021) a COP 26, na qual se colocavam muitas expectativas. O que ganhou o planeta, e a humanidade, com esta Cimeira das Nações Unidas para as mudanças climáticas?

HELENA FREITAS

A Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2021 (COP26 ou cimeira do clima), reuniu em Glasgow cerca de 200 países, mobilização expressiva que permitiu reiterar um compromisso político pelo clima - um dos aspetos positivos a assinalar.

Pela primeira vez, foi explicitamente mencionada a importância de abandonar o carvão, mas não se conseguiu um compromisso para eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis. Como revelou o Relatório de 2021

do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, é improvável que se atinja a ambicionada meta de manter a temperatura global em 1,5°C; os atuais compromissos conduzirão a um aquecimento devastador de + 2.7 °C, cenário que nos afasta das metas do acordo de Paris.

Outro resultado importante foi um acordo sobre as normas fundamentais relacionadas com o artigo 6.º do acordo de Paris (sobre os mercados de carbono), tornando-o agora plenamente operacional. As empresas e os governos acordaram igualmente num investimento mais agressivo em tecnologias limpas, incluindo uma transição mais rápida para veículos elétricos e promessas sobre as emissões de metano e a desflorestação.

E o que ficou por decidir de mais urgente e essencial?

Uma reunião que ficou aquém das expectativas, em especial porque os países mais responsáveis pelas emissões de gases com efeito de estufa, como a

“

As negociações decorrem desligadas da realidade material do mundo e assentam num equívoco: todos os estados se vão unir para salvar o planeta, e para o atingir, vão esquecer os seus próprios interesses.

China ou a Índia, não se disponibilizaram para reforçar os seus objetivos para a descarbonização. Os líderes políticos evocam compromissos pelo clima, mas os atos contradizem as suas declarações.

Fica a perceção que nas cimeiras se discutem objetivos abstratos, disputam-se detalhes e esquecem-se as questões essenciais. As negociações decorrem desligadas da realidade material do mundo e assentam num equívoco: todos os estados se vão unir para salvar o planeta, e para o atingir, vão esquecer os seus próprios interesses.

Passemos do universal ao local. Na sua opinião, o que nos dizem, e a que obrigam (são duas perguntas), as nossas barragens vazias em pleno mês de fevereiro?

A disponibilidade de água doce é essencial para a saúde e bem-estar humano e para a economia global. Apesar desta imprescindibilidade, os recursos hídricos estão sob crescente pressão e impacto das atividades humanas. Estima-se que a procura de água aumentará cerca de 1% ao ano até 2050, impulsionada pelo crescimento populacional, pelos padrões de vida e pelo efeito das alterações

8 Helena Freitas

“
A disponibilidade de água doce é essencial para a saúde e bem-estar humano e para a economia global. Apesar desta imprescindibilidade, os recursos hídricos estão sob crescente pressão e impacto das atividades humanas.

climáticas, o que levará a um aumento da proporção da população mundial exposta à escassez deste recurso essencial.

A situação em Portugal reflete o cenário global. Vamos ter que fazer uma gestão mais inteligente dos recursos hídricos, com destaque para o combate ao desperdício na agricultura e na gestão urbana da água. Vamos ter que restaurar a qualidade ecológica dos nossos rios, removendo as barreiras inúteis e cuidando dos bosques ripícolas e da qualidade da água.

Ainda em complemento à pergunta anterior, quais são, na sua opinião, as grandes áreas de atuação mais urgentes em Portugal para uma ecologia saudável, tanto na prevenção como na resposta reativa aos danos já provocados?

Já o invoquei num outro contexto e reafirmo, Portugal ganhará sempre com boas políticas de ambiente. Portugal beneficiará com o ordenamento, a qualificação e a valorização dos seus recursos e do seu território, dos seus cursos de água e do seu imenso mar.

Portugal beneficia também quando combate a fragmentação e elimina as fronteiras virtuais que tanto têm condicionado o progresso, inviabilizando soluções articuladas entre freguesias, municípios e regiões, e inibindo a aposta nas políticas públicas integradas que o país precisa.

Portugal beneficia ainda na requalificação das margens dos seus rios, no ordenamento da sua floresta produtiva e variada, na pujança dos seus sistemas agrícolas de tipologia diversa e respeitando as realidades de um país igualmente diverso, na promoção dos consumos de proximidade, numa utilização mais eficaz dos recursos endógenos.

A transição ecológica é uma extraordinária oportunidade para Portugal, abraçando um roteiro que nos posiciona no pelotão da frente, entre os artífices do desenvolvimento sustentável, entre aqueles países que antecipam o curso da história.

No nosso território, a começar pela área geográfica da diocese de Coimbra, de que nos podemos orgulhar relativamente a esta área da ecologia?

Esta é a região da bacia hidrográfica do Mondego e a paisagem de Coimbra é o Baixo Mondego. Uma paisagem biocultural produtiva e diversa.

Neste território, destaco a qualidade das áreas protegidas e os valores naturais da região: da montanha, às zonas húmidas e ao litoral, ecossistemas que nos oferecem bens e serviços de excepcional qualidade, e que são indispensáveis para a estratégia de valorização ambiental, económica e social de uma região diversa e singular.

Quando olhamos para os problemas ecológicos – alterações climáticas, preservação da biodiversidade, qualidade da água... – percebemos que estamos a lidar com algo de muito vasto, muito caro, muito intrincado com a política e a economia globais. Diante deste gigantismo, vale a pena insistir naqueles conselhos tradicionais para o cidadão comum, tipo os “três erres” do “reduzir, reutilizar e reciclar”, e todos os outros conselhos que se lhes foram associando?

Não é possível continuar a promover um desenvolvimento à custa da destruição da natureza. A agenda 2030 e os seus objetivos para o desenvolvimento sustentável, devem inspirar o caminho, respondendo à pobreza, às desigualdades, aos direitos humanos,

“
Portugal beneficia ainda na requalificação das margens dos seus rios, no ordenamento da sua floresta produtiva e variada, na pujança dos seus sistemas agrícolas de tipologia diversa e respeitando as realidades de um país igualmente diverso, na promoção dos consumos de proximidade, numa utilização mais eficaz dos recursos endógenos.

à educação, à saúde, mas também aos ecossistemas. Temos que ser capazes de construir outros paradigmas de progresso, salvaguardando uma relação de respeito entre o ser humano e a vida em geral. Todos somos importantes neste caminho. Como afirmava a primatóloga Jane Goodall: “Podemos ter um mundo de paz. Podemos caminhar para um mundo onde vivemos em harmonia com a natureza. Onde vivemos em harmonia com os outros. Não importa de que nação viemos. Não importa a nossa religião. Não importa qual nossa cultura. Este é o caminho que estamos a fazer.”

Citando a **Laudato Si'**: “*nem tudo está perdido, porque os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se, para além de qualquer condicionamento psicológico e social que lhes seja imposto. São capazes de se olhar a si mesmos com honestidade, externar o próprio pesar e encetar caminhos novos rumo à verdadeira liberdade.*

“
Não é possível continuar a promover um desenvolvimento à custa da destruição da natureza. A agenda 2030 e os seus objetivos para o desenvolvimento sustentável, devem inspirar o caminho, respondendo à pobreza, às desigualdades, aos direitos humanos, à educação, à saúde, mas também aos ecossistemas. Temos que ser capazes de construir outros paradigmas de progresso, salvaguardando uma relação de respeito entre o ser humano e a vida em geral.

Não há sistemas que anulem, por completo, a abertura ao bem, à verdade e à beleza, nem a capacidade de reagir que Deus continua a animar no mais fundo dos nossos corações. A cada pessoa deste mundo, peço para não esquecer esta sua dignidade que ninguém tem o direito de lhe tirar.”

O Papa Francisco, na carta encíclica Laudato Si', fala de uma “ecologia integral”, incluindo no conceito, para além das questões da ecologia física, digamos assim, também um largo leque de questões “humanas”. Faz sentido?
Faz todo o sentido. E cito: *O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projeto de amor, nem Se ar-*

repende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum. Desejo agradecer, encorajar e manifestar apreço a quantos, nos mais variados sectores da atividade humana, estão a trabalhar para garantir a proteção da casa que partilhamos. Uma especial gratidão é devida àqueles que lutam, com vigor, por resolver as dramáticas consequências da de-

gradação ambiental na vida dos mais pobres do mundo. Os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos.

Como criar uma cultura consistente e partilhada pelo cuidado da “casa comum” (uma expressão corrente do mesmo Papa)?

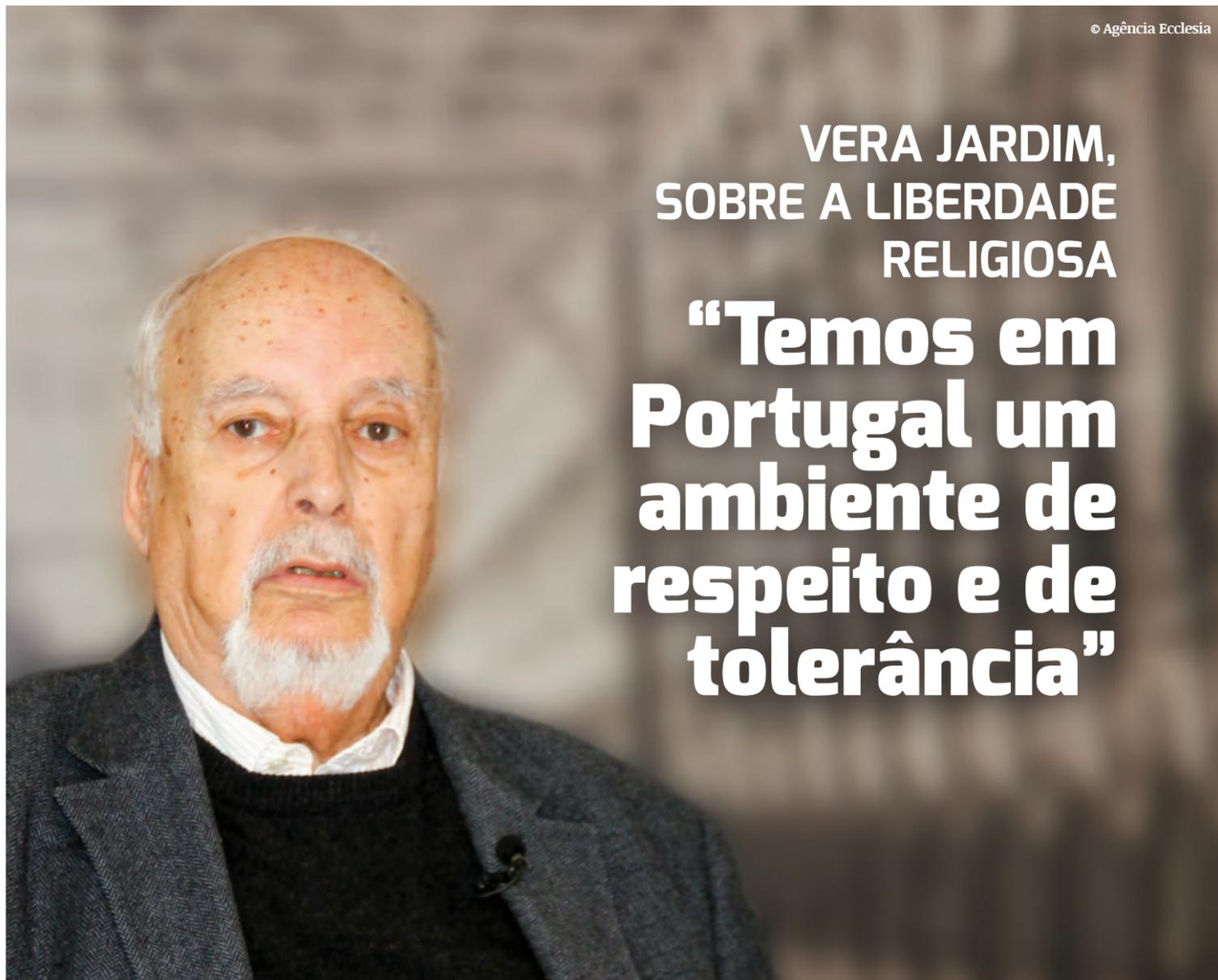
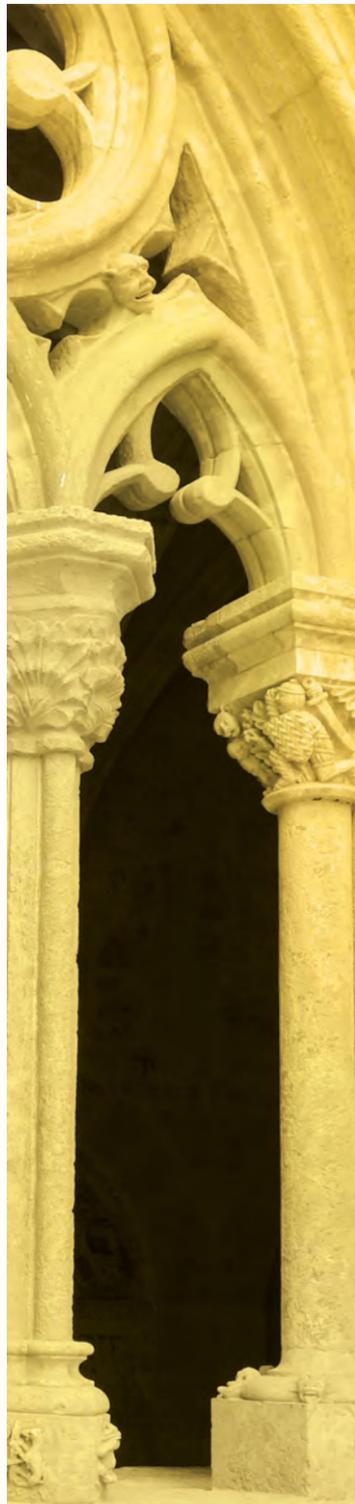
O estilo de vida individualista e predador da natureza não pode continuar. Citando Carlos Alvarado, Presidente da República da Costa Rica: “Caminhamos para um novo mundo e um novo normal, onde a sustentabilidade, as soluções baseadas na natureza, a inclusão social e o cuidado mútuo devem ser a norma da coexistência”.

A Carta da Terra convidava-nos, a todos, a começar de novo deixando para trás uma etapa de autodestruição, mas ainda não desenvolvemos uma consciência universal que o torne possível. Por isso, atrevo-me a propor de novo aquele considerável desafio: “Como nunca antes na história, o destino comum obriga-nos a procurar um novo início (...). Que o nosso seja um tempo que se recorde pelo despertar duma nova reverência face à vida, pela firme resolução de alcançar a sustentabilidade, pela intensificação da luta em prol da justiça e da paz e pela jubilosa celebração da vida”.

Se “os desertos exteriores se multiplicam no mundo, porque os desertos interiores se tornaram tão amplos”, a crise ecológica é um apelo a uma profunda conversão interior.



Entrevista Centenário 9



© Agência Ecclesia

VERA JARDIM,
SOBRE A LIBERDADE
RELIGIOSA

“Temos em Portugal um ambiente de respeito e de tolerância”

José Vera Jardim, distinto advogado e político, um dos autores da atual Lei da Liberdade Religiosa, é o Presidente da Comissão da Liberdade Religiosa em Portugal, cargo para que foi designado em 2016 e reconduzido em 2020. Ao Correio de Coimbra manifesta a sua convicção de que “temos os instrumentos políticos” para manter a sã convivência entre as religiões que existe em Portugal, ainda que considere que a nível mundial “a situação não tem evoluído de forma a deixar-nos satisfeitos, bem pelo contrário”.

CORREIO DE COIMBRA

Doutor Vera Jardim, obrigado pela amabilidade de nos conceder esta entrevista, que queremos focada num ponto caro ao Correio de Coimbra: a liberdade religiosa e a sã convivência entre as religiões. Começava por lhe perguntar que forças e que fragilidades tem esta sã convivência entre as religiões, hoje em dia, em Portugal?

VERA JARIM

Permita-me, antes de responder à pergunta, saudar o aniversário do Correio de Coimbra, que é centenário! Tenho grande apreço e consideração pela imprensa local e regional. Leio sempre o jornal da minha terra, e sei as dificuldades com que a imprensa se vai debatendo hoje em dia. Este é um aniversário que significa, certamente, um esforço de muitas gerações para pôr de pé um jornal, hoje com as dificuldades acrescidas que têm os meios de comunicação social, designadamente os escritos. E deixo também uma saudação pelo vosso interesse por esta

materia da liberdade religiosa, que denota uma atenção para um tipo de problemas para os quais muitas pessoas, em Portugal e noutros países, não têm uma atenção muito direcionada.

Respondendo à pergunta, as fragilidades, como disse, são as fragilidades de uma sociedade plural e aberta como aquela em que nós vivemos, em que há, obviamente, opiniões e posições diversas e, por vezes, conflitos. Agora, na minha visão, porventura otimista, temos um conjunto de instrumentos que nos permitem dizer que temos menos fragilidades e mais forças de coesão para manter o clima que existe em Portugal de sã convivência e de respeito mútuo entre as várias confissões religiosas. Nós recebemos na Comissão da Liberdade Religiosa (CLR) queixas de pessoas que pensam, por exemplo, que houve uma violação da liberdade religiosa; mas não temos – não tivemos até agora – nenhuma queixa de violência, de perseguição. Penso que isto se deve a termos em Portugal um quadro constitucional muito favorável à sã convivência das religiões.

O artigo da Constituição que diz respeito à liberdade religiosa e às religiões, ao seu papel e às suas relações com o Estado é muito completo e muito abrangente e proclama, naturalmente, o direito fundamental da liberdade de consciência, da liberdade de religião e da liberdade de culto.

Por outro lado, temos legislação complementar, desde logo a Lei da Liberdade Religiosa, e outras, que também favorecem essa sã convivência, conforme o próprio testemunho das religiões, quer das minoritárias, quer da Igreja Católica, representadas na Comissão da Liberdade Religiosa.

Obviamente, ter um quadro legislativo não é suficiente, mas temos em Portugal um ambiente de respeito e de tolerância, que se tem manifestado em coisas concretas. Por exemplo, nas duas tomadas de posse do senhor Presidente da República estiveram representantes de várias religiões bem diversas entre si; na minha primeira tomada de posse da CLR (na segunda, não foi possível pelas condições sanitárias) esteve também presente um conjunto

muito amplo de confissões religiosas, algumas delas que, às vezes, noutros países, se digladiam fortemente, mesmo com violência de umas sobre as outras.

Portanto, estou convicto de que nós temos os instrumentos para manter este clima que, aliás, é considerado e até exaltado por muitas pessoas que se debruçam sobre o relacionamento entre as religiões na Europa e que têm em Portugal, eu

diria, um caso quase exemplar. Daí que eu esteja otimista, embora não possa, como é óbvio, afastar de todo que possa haver conflitos. Conceções diferentes, há com certeza: nos últimos 20 a 30 anos, já depois da Lei da Liberdade Religiosa, o universo religioso em Portugal alterou-se muito por via da imigração, e hoje temos um conjunto de confissões religiosas que praticamente eram inexistentes há 20

“

O Estado português espera das religiões, desde logo, que este clima de tolerância e de convivência se mantenha e que elas consigam dialogar umas com as outras. (...). Em segundo lugar, espera, da parte das várias confissões religiosas, aquilo que vem da Lei, que é o chamado “princípio da cooperação”, ou seja, que o Estado e as religiões possam cooperar naquilo que for útil ao desenvolvimento da sociedade portuguesa.

10 Vera Jardim

anos. Mas, repito, estou convicto de que este espírito de respeito mútuo e de tolerância, que vem também referido na Lei da Liberdade Religiosa, se manterá.

O que espera o Estado Português das religiões e o que está disposto a garantir-lhes?

O Estado português espera das religiões, desde logo, que este clima de tolerância e de convivência se mantenha e que elas consigam dialogar umas com as outras. E dispõe, como meio, de uma estrutura de diálogo, que depende do Alto Comissariado para as Migrações, mas que nós, CLR, acompanhamos.

Em segundo lugar, espera, da parte das várias confissões religiosas, aquilo que vem da Lei, que é o chamado “princípio da cooperação”, ou seja, que o Estado e as religiões possam cooperar naquilo que for útil ao desenvolvimento da sociedade portuguesa. E têm cooperado. Dou-lhe um exemplo: durante a pandemia, as religiões fecharam o culto público e outras atividades antes mesmo de ser publicada a respetiva legislação e procuraram outras alternativas, como as plataformas digitais. Outro exemplo: quando foi a tragédia dos fogos, há uns anos, foram várias as comunidades religiosas que se mobilizaram para a ajuda às populações afetadas. São dois exemplos desse “princípio da cooperação” que o Estado tem o direito a esperar, naturalmente, das religiões. Isto em nada afeta a laicidade do Estado e a separação entre as Igrejas e o Estado – o Estado em Portugal não tem uma religião oficial, como é sabido; mas a laicidade do Estado não impede que ambos possam cooperar, sobretudo para aquilo que se chama o bem público, ou o bem comum de toda a sociedade portuguesa.

As religiões, por sua vez, podem esperar do Estado que este mantenha – e aperfeiçoe – o conjunto de legislação criada ao longo dos anos, desde logo na Constituição da República e depois numa série de legislação de que a mais relevante é a Lei da Liberdade Religiosa, que veio permitir às religiões um clima de respeito mútuo, porque lhes foram dados direitos idênticos. Se compararmos o

estatuto jurídico da comunidade religiosa maioritária, a Igreja Católica, com o das outras religiões, verificamos que são regimes bastantes aproximados, salvo naquilo que é próprio da Igreja Católica, por via da Concordata. Isso também deu um estatuto de dignidade às religiões, por exemplo, na possibilidade de celebrarem casamentos com efeitos na esfera civil, num estatuto fiscal idêntico ao da Igreja Católica, etc.

Vamos alargar a reflexão para fora de Portugal e para a esfera da cultura. Até que ponto a legislação política pode ou deve impor à sociedade uma cultura expurgada de qualquer referência religiosa? Estou a pensar, por exemplo, na recente polémica protagonizada pela Comissão da União Europeia para a Igualdade quando propôs substituir termos típicos das diferentes denominações cristãs, como “Natal”, “Maria”, “Jesus”, por outros termos mais ou menos ‘inodoros’...

Até me custa falar nisso, por ser tão aberrante, tanto que quando vi a notícia até fui ler com atenção, para ver se tinha algum fundamento, e infelizmente tinha, embora a senhora Comissária depois tenha dito que era um documento de trabalho interno, que seria retirado, etc. Seja como for, quem é Comissário Europeu, como quem é Ministro dum Governo, é responsável por aquilo que se elabora sob a sua alçada. Por isso teve a repulsa de vários governos europeus. Não se pode usar o nome de Maria?! – é totalmente aberrante; qualquer dia também não se podem usar os nomes Sara, Maomé, etc... Trata-se da exasperação de alguma coisa que vem estando presente na Europa, e não só, que é o *politicamente correto*, excluir a religião do espaço público. Ora, as religiões fazem parte da vida das sociedades.

Há na Europa, com certeza, um conjunto de problemas que todos nós conhecemos: com as comunidades muçulmanas, por exemplo, a propósito do uso do véu; com as comunidades cristãs, embora mais diluídos, pelo uso do crucifixo visível junto ao corpo. Mas esses problemas têm vindo a ser resolvidos, às vezes pelo tribunal Europeu dos Direitos Humanos, outras vezes por tribunais constitucionais. Em Portugal não temos esse problema: as mulheres muçulmanas, por exemplo, usam o traje que entendem, umas considerando que o mesmo traje tem a ver com a religião, outras considerando que não, que o usam por ser próprio da sua cultura.

É razoável ter algum receio de “fraturas” culturais na Europa, a partir das religiões?

Sim, dei-lhe o exemplo do Islão e, efetivamente, o Islão tem representado alguma fratura nalguns países da Europa em

que tem uma presença mais pujante. E tem havido partidos políticos, geralmente de extrema direita, que têm lutado contra essa presença, ameaçando criar alguma fratura política. Em todo o caso, penso que ainda temos na Europa, na generalidade dos países, um clima de convivência aceitável. Mas há esse perigo. Ainda recentemente, e isto já não tem a ver com o Islão, uma pastora protestante na Finlândia foi acusada em tribunal porque tinha criticado o casamento entre homossexuais. Ora isto põe em causa o direito de livre expressão. E temos aí um problema que pode conduzir a algumas fraturas, porque é sabido que as religiões têm opiniões muito próximas entre si sobre algumas destas matérias. Eu próprio, para dar um exemplo, participei há uns tempos numa discussão sobre a eutanásia, e todas as religiões que participaram nessa discussão eram contra a eutanásia. Mas isso é a livre expressão do pensamento das religiões, como pode ser a livre expressão de partidos, de associações, de cidadãos particulares. A verdade é que hoje há, por vezes, uma exasperação em relação a essa livre expressão do pensamento, que conduz, como no exemplo que lhe dei, a estar-se sujeito a ser julgado em tribunal e a ser-se sujeito a penas de prisão. Isso são perigos que temos pela nossa frente na Europa. Não somos *melting pot’s* de religiões, como os Estados Unidos ou o Brasil, mas, apesar de tudo, temos na Europa um conjunto de entidades religiosas que têm posições próprias, que devem ter o direito de exprimir, embora se deva manter a unidade do Estado e, como é óbvio, quem em última análise decide são os decisores políticos. Mas isso não significa que as comunidades religiosas não possam pronunciar-se livremente sobre as diversas questões.

A percepção que temos, a nível mundial, é que a perseguição religiosa persiste. O que torna as religiões tão incómodas?

A perseguição religiosa existe e, infelizmente, não mostra tendências para diminuir. Há nela várias cambiantes: a primeira, é aquela organizada e fomentada pelo Estado. Conhecemos o que se passa com a comunidade Uigur na China, com a comunidade Bahai no Irão, com as Testemunhas de Jeová na Rússia... (O que não quer dizer que a perseguição religiosa nesses países se resume a essas comunidades). É a perseguição organizada pelo Estado, porque esses estados não convivem bem com posições e opiniões diferentes daquelas que são veiculadas por eles próprios; pelo medo da liberdade, pelo medo do outro, pelo medo de que uma opinião diversa possa afetar a unidade do Estado. É claro que não são Estados que sejam propriamente modelos de democracia...

“

Há a necessidade de reforçar os meios, aliás para cumprir o próprio mandato da CLR, que inclui o estudo do universo religioso em Portugal. Mas infelizmente não lhe têm sido dados meios para isso até agora, talvez porque, quando não há problemas as pessoas sossegam...

Depois temos a perseguição conduzida por comunidades religiosas contra outras comunidades religiosas. Por exemplo, no Irão o ramo Suni do Islão é perseguido porque a religião oficial é o Islão numa das suas formas Xia. E, de um modo geral, os católicos e outros cristãos queixam-se também da perseguição nesses e noutros países. Até mesmo em países da Europa, por exemplo, há queixas de antissemitismo... e não só.

A perseguição religiosa aparece também ligada à perseguição étnica, e muitas vezes até é difícil perceber se será uma, a outra, ou as duas coisas. Mas nalguns casos é perseguição religiosa pura e simples. Podia dar muitos outros exemplos: basta ler as publicações que a Igreja Católica faz todos os anos através da Ajuda à Igreja que sofre, assim como o Relatório sobre a Liberdade Religiosa no Mundo, da Secretaria de Estado Americana, para quem estas questões são muito importantes, pois a América construiu-se com pessoas fugidas à perseguição religiosa.

A situação não tem evoluído de forma a deixar-nos satisfeitos, bem pelo contrário. Outro exemplo: na Índia, numa luta que vem de longe, mas que hoje parece mais acirrada, a perseguição da comunidade hindu contra a comunidade muçulmana, imbuída, penso eu, de um certo nacionalismo hindu. Ora nós, em Portugal, temos na CLR um elemento da comunidade hindu e um elemento da comunidade islâmica, e não há qualquer problema entre estas duas comunidades.

Por isso, em relação a Portugal, estou plenamente convencido de que da parte do Estado nunca viremos a ter perseguição religiosa; e da parte das comunidades religiosas, umas em relação às outras, também estou otimista quanto ao seu relacionamento futuro.

E que mecanismos se devem apurar para garantir a liberdade religiosa?

Olhe, desde logo a fragilidade da própria Comissão de Liberdade

Religiosa, que não tem meios para dar uma atenção mais profunda ao universo religioso português. A CLR tem os membros que a constituem e um funcionário, enquanto na vizinha Espanha, por exemplo, é uma Direção Geral do Ministério da Justiça. Aqui, há a necessidade de reforçar os meios, aliás para cumprir o próprio mandato da CLR, que inclui o estudo do universo religioso em Portugal. Mas infelizmente não lhe têm sido dados meios para isso até agora, talvez porque, quando não há problemas as pessoas sossegam... Mas penso que o Estado teria toda a vantagem em conhecer melhor o universo religioso em Portugal. Eu participo (ou, na minha impossibilidade, o Vice-presidente da CLR) em todos os eventos para que sou convidado pelas comunidades religiosas e, por isso, conheço alguma coisa, mas não tudo.

Temos também problemas que ainda estão por resolver, por exemplo na assistência espiritual às Forças Armadas por parte de algumas comunidades religiosas minoritárias; temos tido algumas queixas também quanto a visitas nas prisões, embora aí, no contexto da pandemia COVID-19, eu próprio tenha achado por bem aguardar por um momento mais propício para o diálogo com as autoridades que têm a seu cargo a supervisão do sistema prisional.

Se pensarmos a nível internacional, os instrumentos estão lá. Não há nenhuma convenção de Direitos Humanos que não proclame a liberdade religiosa como um direito fundamental. E as Instituições – como a Comissão Europeia, através da Agência para os Direitos Humanos, ou Conselho da Europa... – preocupam-se. Agora, acho que é no terreno que temos que afirmar continuamente a liberdade religiosa e sobretudo ver se há problemas, quais e procurar solucioná-los. É o que tentamos fazer com os escassos meios que temos; sempre que há alguma queixa, encaminhamo-la, procuramos falar com as entidades visadas, em certos casos mandamos para a Provedoria de Justiça. Até agora não recebemos nenhuma queixa de crime, mas se recebermos, encaminharemos para o lugar próprio. A Comissão não tem poder para ser polícia das religiões, mas temos que estar atentos a eventuais violações do direito da liberdade religiosa.

Que considerações lhe merece a dinâmica para a “fraternidade humana e convivência pacífica” a partir das religiões, criada pelo Papa Francisco e pelo Grande Imã de Al-Azhar, Ahmad al-Tayyib, a partir do compromisso mútuo assinado em 4 de fevereiro de 2019, em Abu Dhabi?

Eu sou suspeito nessa matéria, porque sou um admirador

“

Não somos *melting pot’s* de religiões, como os Estados Unidos ou o Brasil, mas, apesar de tudo, temos na Europa um conjunto de entidades religiosas que têm posições próprias, que devem ter o direito de exprimir”.

Entrevista Centenário 11



ISABEL FIGUEIREDO

“A comunicação social da Igreja está viva”



“O consumo da comunicação exige discernimento. Que tem de ser feito com as crianças, com os jovens, com os adultos. Na realidade que nos implica, diria que tem de ser feito na catequese, nos grupos de jovens, na catequese de adultos, na formação dos seminaristas...”, argumenta Isabel Figueiredo, Diretora do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais da Igreja e profissional no Grupo Renascença desde 1990 no âmbito da produção de conteúdos.

CORREIO DE COIMBRA

A cultura ambiente possibilita uma comunicação social da Igreja em Portugal com capacidade de influenciar “de maneira vital, em profundidade, indo até às raízes, a sociedade e as culturas” (cf. EN 20), ou é de tal modo adversa que esmaga qualquer tentativa de crescimento para lá dos avisos do prior no final da missa? (Pergunto-lhe isto, na evidência de que já vimos fracassar dois projetos de televisão ligados à Igreja; e de que não há nenhum jornal de matriz cristã de grande expansão...).

ISABEL FIGUEIREDO

Em primeiro lugar, muito obrigada pelo convite para estar convosco e assim me unir à celebração deste Centenário. Julgo que não devemos colocar a questão de uma forma tão extremada, se me permitem que o diga assim. A atualidade mostra-nos que não somos capazes de influenciar “de maneira vital” a nossa sociedade, mas também não estamos reduzidos aos avisos de final da

Missa. É verdade que não temos uma televisão, como a entendemos e já foi projetada, nem temos nenhum jornal de grande expansão. Mas a comunicação social vai para além da televisão e dos jornais. E a verdade é que estamos presentes na RTP, na RDP, na TVI, temos uma agência de notícias com uma qualidade por todos reconhecida e com capacidade para produzir programas de rádio e de televisão, para além de toda uma diversidade de conteúdos que se têm vindo a multiplicar nos últimos anos. Ainda temos dezenas de jornais com décadas de trabalho diário, com uma linha editorial consistente e coerente, capazes de sobreviver graças ao empenho de muitos. O Grupo Renascença Multimédia permanece no espectro das rádios portuguesas, como um caso único de uma rádio que vive exclusivamente de publicidade, não abdicando da sua identidade. E os exemplos poderiam continuar, muitos deles assentes nos últimos dois anos que vivemos e que exigiram a descoberta de novos caminhos na forma de comunicar.

Que radiografia faz da comunicação social da Igreja em Portugal?

Quando fazemos uma radiografia, geralmente é porque se procura o que está mal ou menos bem, e por outro lado, neste tipo de questão, tendemos a olhar para a realidade a preto e branco. Gostaria de fazer o exercício ao contrário, procurar o bem, partindo do princípio de que há sempre uma imensa diversidade de tons entre o preto e o branco. Assim, e em primeiro lugar, acredito que todos podemos afirmar, sem receio, que a comunicação social da Igreja está viva. O tempo da pandemia provou e confirmou que de norte a sul e nas nossas ilhas atlânticas, o exercício da comunicação social foi e é real - a primeira evidência foi o facto de ter permitido que a Celebração da Eucaristia chegasse às casas de todos, que fossem cumpridas as regras de saúde pública nos espaços da Igreja, desde as Catedrais às mais pequenas capelas e as redes sociais multiplicaram informação e geraram proximidade. Transmissões on-line, produção de conteúdos nas redes sociais, sites de notícias e de

“

São muito poucos os casos em que se trabalha na comunicação social da Igreja com o número de pessoas suficientes, com as estruturas e meios que permitam a abrangência e eficácia que todos desejamos. Mas também é verdade que acompanho os encontros nacionais dos Secretariados Diocesanos há muitos anos e tem havido uma renovação de pessoas, gente mais nova, com outras competências e anseios.

opinião, inovação em produtos de comunicação, como os Podcasts, são exemplos da tal diversidade de tons entre o preto e o branco. Eu diria que encontrámos muitos tons de cinzento em tudo o que se fez e faz na comunicação social da Igreja, mas temos de ser justos e concluir que a comunicação social da Igreja existe e deve estar permanentemente a avaliar-se, a adaptar-se e a sobreviver, como acontece com a comunicação social no seu todo.

Que ideias mais costumam vir à baila nos debates internos (no Secretariado nacional nos encontros nacionais de Secretariados diocesanos, nas ações de formação...) sobre as pessoas, as estruturas, os meios e os modos para uma maior abrangência e eficácia da comunicação social da Igreja em Portugal? As ideias decorrem das necessidades sentidas. São muito poucos os casos em que se trabalha

12 Isabel Figueiredo

na comunicação social da Igreja, com o número de pessoas suficientes, com as estruturas e meios que permitam a abrangência e eficácia que todos desejamos. Mas também é verdade que acompanho os encontros nacionais dos Secretariados Diocesanos há muitos anos e tem havido uma renovação de pessoas, gente mais nova, com outras competências e anseios. A formação também é sempre referida como necessária, assim como uma consciência de que temos de manter as janelas abertas ao mundo. Raramente tenho encontrado o desejo expresso de nos mantermos em “capelinhas fechadas”, realidade que ainda permanece em muitas outras estruturas da Igreja. Mas ao mesmo tempo debate-se a questão de serem criados projetos semelhantes em vez de jogarmos esforços e trabalharmos de forma mais rentável e com resultados mais eficazes. Uma nota final, olhando para os 22 Secretariados Diocesanos das Comunicações Sociais, apenas um tem uma mulher como diretora... Também por aqui passará certamente uma maior abrangência e eficácia da comunicação social da Igreja em Portugal.

“

Mais do que nunca, precisamos de uma comunicação social honesta, credível, que nos permita não perder o norte. E eu acredito que a comunicação social da Igreja procura a verdade todos os dias.

Há quem advogue que seria preferível investirmos mais na formação de jornalistas e cronistas para os meios de comunicação social comum, em vez de investirmos em meios próprios. Seria, digamos, mais “fermento no meio da massa”. Qual é a sua opinião?

Essa é uma ideia “com barbas” permitam-me a expressão e que nos continua a questionar. Recorremos demasiadas vezes às mesmas pessoas quando é preciso uma opinião sobre esta matéria ou aquela, assim como continuamos a sentir as falhas que decorrem da falta de formação religiosa nos meios de comunicação social generalistas. Também por esta razão, temos de procurar gente nova, que seja o tal fermento numa massa consumida de forma generalista. Os meios próprios têm muito que se lhes diga. Tudo depende de que meios estamos a falar... Fe-

lizmente estamos cada vez mais conscientes dos custos associados à produção de conteúdos cujo consumo é imediato e com um retorno económico incerto... A situação que estamos a viver, com uma pandemia ainda não debelada e uma guerra violenta às portas de casa, está a ter e terá consequências económicas desastrosas e imprevisíveis. Por outro lado, mais do que nunca, precisamos de uma comunicação social honesta, credível, que nos permita não perder o norte. E eu acredito que a comunicação social da Igreja procura a verdade todos os dias. Em tempo de facilidades eu diria que devíamos seguir as duas vias. Ao dia de hoje, procuremos gente que seja fermento e lutemos por manter os canais que temos.

Permita-me adiantar os meus, talvez, “preconceitos”, mas acho de muito mau gosto (quando não pecaminoso) muito do que aparece nas redes sociais com a aparência de marca religiosa. As redes sociais são um caminho irrenunciável para a Igreja?

A atualidade impõe-se e as redes sociais fazem parte dessa realidade. Como estaria a Ucrânia sem redes sociais que permitem tudo, é verdade, mas também permitem manter a verdade desta guerra na cabeça e no coração de todos? Concordo com o mau gosto e com as aparências... Mas a verdade é que há gente para todos os gostos (se assim não fosse as grandes audiências de programas e produtos de comunicação seriam muito diferentes) e temos de aprender a ultrapassar a aparência. O consumo da comunicação exige discernimento. Que tem de ser feito com as crianças, com os jovens, com os adultos. Na realidade que nos implica, diria que tem de ser feito na catequese, nos grupos de jovens, na catequese de adultos, na formação dos seminaristas... esta consciência crítica tem de ser falada, debatida, alimentada. Em casa, na escola, na universidade, na paróquia, nas conversas de café, entre amigos. De uma forma próxima. Porque só assim dará frutos.

Ainda faz sentido a existência de semanários diocesanos, em papel ou no digital, como o Correio de Coimbra, quando a informação se tornou imediata e a opinião fragmentária?

Não deveríamos nós, pelo contrário, por imperativo de missão, ir a abrir caminhos de comunicação noutras frentes?! Tenho sempre dúvidas em relação ao papel. Formei-me em História, sempre consumi jornais e livros em papel. Até do cheiro gosto, como se costuma dizer. E como diz um velho amigo, cada jornal que termina é um passo atrás na democracia, com consequências na desertificação e fuga das populações das geografias a que se referem... Mas sendo inviável do ponto de

vista económico, não haverá alternativa. E aí entra o digital e a desculpa de que os mais velhos não consomem, não é verdade. Conheço muitas pessoas acima dos oitenta, que utilizam a maior diversidade de ecrãs, com facilidade e de forma diária... Se deixarmos de comunicar a realidade com o uso da palavra e da imagem, segundo critérios de atualidade e qualidade, o que passará para as próximas gerações? Julgo que ainda não esgotámos todas as potencialidades do formato semanário no digital. Abrir outros caminhos... se for possível, sempre.

Em que medida, na sua opinião, a pandemia afetou a comunicação social da Igreja em Portugal, e que mudanças dela derivadas havemos de potenciar e quais devem ser recusadas?

A pandemia afetou todas as vidas e a vida toda. As mudanças estão à vista e muitas já não andarão para trás. As transmissões on-line de Celebrações e encontros foram talvez uma das mudanças mais sentidas e temos de as potenciar. Melhorar a qualidade de algumas, manter o espírito de abrir encontros e formações a todos. De um dia para o outro, tornou-se possível ter reuniões, encontros e formações com centenas de pessoas, sem a separação dos quilómetros ou o custo de viagens. Mas a outra face desta moeda é precisarmos de encontrar energia e determinação para recuperar o presencial, para valorizar a comunhão que nos identifica na nossa condição de crentes. Como acontece em tantas circunstâncias das nossas vidas, encontrar equilíbrios e fazer opções é o caminho.

“

[Com a pandemia] as transmissões on-line de Celebrações e encontros foram talvez uma das mudanças mais sentidas e temos de as potenciar. (...) A outra face desta moeda é precisarmos de encontrar energia e determinação para recuperar o presencial, para valorizar a comunhão que nos identifica na nossa condição de crentes.

Já é conhecida há algum tempo a mensagem do Papa Francisco para o Dia das Comunicações Sociais de 2022 (29 de maio), que se centra muito na “escuta”...

As palavras do Papa são sempre uma lição de vida. Porque nos fala da essência. E dizer o essencial é difícil e exigente. Eu diria que só é possível quando se vive de forma coerente tudo o que se diz. O Papa já tinha pedido que os jornalistas saíssem do conforto das redações e gastassem as solas dos sapatos à procura

da verdade. Este ano pede uma escuta atenta ao mundo. Eu diria que o Papa pede a escuta da verdade. E voltamos à essência da comunicação social – o exercício da verdade. Seja para nos sacudir (o Papa também já pediu palavras que nos sacudissem) com tudo o que de mal se passa no mundo, seja para nos animar, com o bem e a beleza que permanecem. A escuta exige tempo, compreensão, reflexão, discernimento, coragem. A cobertura noticiosa da invasão da Ucrânia tem procurado escutar as pessoas. E nessa escuta, temos encontrado razões de viver, temos sido questionados sobre o que somos e temos, temos sofrido com quem sofre, sonhado com quem sonha, temos reencontrado valores que queremos preservar. Lembro também que o Papa Francisco já agradeceu diversas vezes e de forma explícita o trabalho da comunicação social, mais ainda, o Papa conta com o nosso trabalho.

E que ideia desta Mensagem gostaria de destacar, tendo em conta a Igreja e a sociedade portuguesas?

Para melhor responder a esta pergunta, escolho duas citações desta Mensagem, apesar de toda ela merecer destaque. Diz-nos o Papa: “*Para fornecer uma informação sólida, equilibrada e completa, é necessário ter escutado prolongadamente. Para narrar um acontecimento ou descrever uma realidade numa reportagem, é essencial ter sabido escutar, prontos mesmo a mudar de ideia, a modificar as próprias hipóteses iniciais*”. Esta capacidade de mudar de ideias, de estar aberto a outras possibilidades e formas de pensar é um enorme desafio. E o Papa continua: “Es-

cutar várias vozes, ouvir-se – inclusive na Igreja – entre irmãos e irmãs, permite-nos exercitar a arte do discernimento, que se apresenta sempre como a capacidade de se orientar numa sinfonia de vozes”.

O exercício do discernimento e a capacidade de aceitar mudar de ideias, aceitar e valorizar o outro... somos tantas vezes rápidos a julgar e cada um muito certo de si, apesar de sabermos que a vida não para de nos surpreender. Escutar o Papa é encontrar Deus no nosso caminho.



matéria e arte

Entrevista Centenário ¹³

DELFIN LEÃO

“Sem dúvida que há lugar para Deus na cultura”

continuado da página 6

saber num determinado ponto e que ele fica “aberto”, enfim, abrindo uma brecha na famosa imagem da torre de marfim, que está lá fechada, isolada, e que se aplica muitas vezes, tradicionalmente, às universidades... O que se pretende é mais do que isso: é abrir as portas para que o saber que é produzido na Universidade seja mutuamente fertilizante e fertilizado, ou seja, que a sociedade civil ajude a fazer ciência, ajude a produzir cultura, marque também as opções que são feitas e que, por essa via, ajude à relevância social da própria existência de instituições como a Universidade. Se assim não for, mesmo reconhecendo que os tempos de atuação possam

ser diferentes para a Universidade e para a comunidade, estas instituições falharão de algum modo a essência da sua função.

Há lugar para Deus na cultura? Ou se quiser, dito de outro modo, que exigências se devem colocar à crença religiosa para poder conviver sadiamente com a cultura?

Sem dúvida que há lugar para Deus na cultura, independentemente de sermos ou não crentes, porque a ideia de Deus é indelével, está presente em toda a existência da humanidade. Nós não podemos ponderar a cultura, fazer história, mergulhar naquilo que são as raízes da identidade sem, a todo o momento, nos confrontarmos com a existência de Deus ou com a existência da ideia de Deus e das

expressões a que isso leva. Isso não tem a ver com o facto de quem age ser ou não crente em Deus. Eu sou crente, e nunca vi que essa crença prejudicasse a minha percepção da cultura, de todos os tipos de cultura, mesmo quando alguns questionam, por exemplo, a própria ideia de fé.

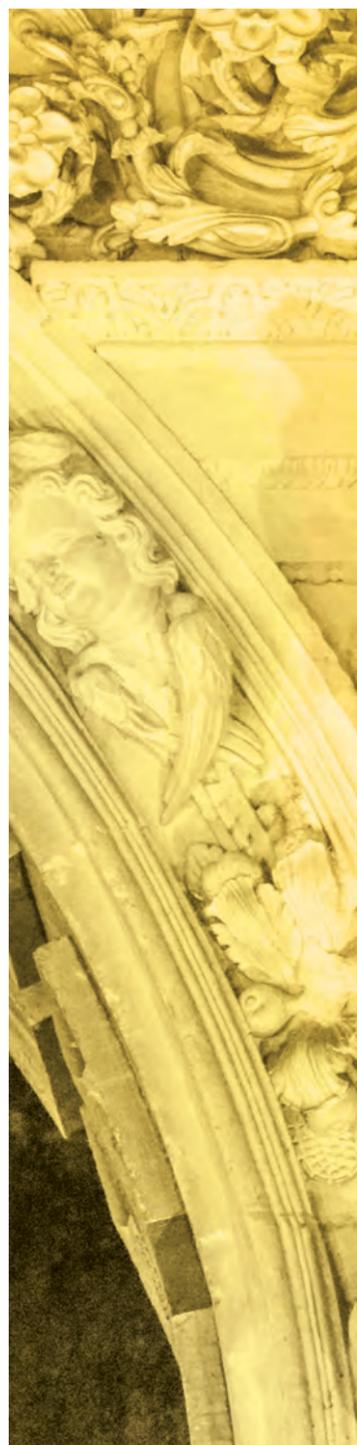
É claro que nós poderíamos conduzir essa questão também para saber se a ideia de Deus — digamos, o imaginário divino, ou o imaginário ligado à tradição cristã, que vemos plasmado em tantos milhares de quadros, de esculturas, de composições musicais, de obras literárias... — mantém hoje o mesmo peso que teve no passado. Eu diria que não tem exatamente o mesmo peso. Houve até um comentário de Saramago, se não estou em erro, em que sublinhava que

a ideia de Deus hoje perdia força porque não tinha a mesma expressão na cultura e na arte que teve no passado; mas também temos que ter em conta que, no passado, a Igreja era muitas vezes o grande mecenas da cultura e, portanto, se era quem pagava, encomendava as obras que queria. Mas isso não prejudica, de forma nenhuma, o que Deus ou a ideia de Deus têm a ver com a cultura. Aliás, penso que a Igreja tem feito um trabalho

muito interessante, e também o Seminário, em particular, (este espaço em que estamos a conversar) na abertura ao exterior. Uma abertura que não pode ser dogmática, porque as pessoas têm as suas convicções e devem discuti-las abertamente. E é dessa riqueza que resulta uma compreensão mútua maior e que resulta também uma capacidade maior de aceitação da diferença, e das perspectivas e mundividências que lhes assistem.

“

O que se pretende é abrir as portas para que o saber que é produzido na Universidade seja mutuamente fertilizante e fertilizado, ou seja, que a sociedade civil ajude a fazer ciência, ajude a produzir cultura, marque também as opções que são feitas e que, por essa via, ajude à relevância social da própria existência de instituições como a Universidade.



VERA JARDIM

“O Papa Francisco tem feito do diálogo inter-religioso e inter-civilizacional uma tarefa importantíssima”

continuado da página 10

do Papa Francisco, por quem tenho imenso respeito. Fui católico durante muitos anos, hoje não, mas isso não implica que não seja um admirador incondicional da ação do Papa Francisco, quer através das suas Encíclicas, quer através do diálogo que mantém com as diversas religiões, como também da sua ação a favor do ambiente ou da paz. Outros Papas também o fizeram, mas o Papa Francisco tem-no feito, talvez, com outra sagacidade e energia. E espero que tenha muitos anos de vida, pelo menos para levar a cabo esta iniciativa do Sínodo, em que a Igreja católica portuguesa também está a participar, para fazer na Igreja as reformas que sejam necessárias — Sínodo a que eu atribuo uma importância quase parecida à do Concílio Vaticano II, que segui muito de perto, e que representou uma mudança na Igreja, por exemplo, desde logo na liberdade religiosa, de que estamos a falar.

O Papa Francisco tem feito do diálogo inter-religioso e inter-civilizacional uma tarefa importantíssima, é uma figura relevantíssima desse diálogo e o seu empenho deve ser ressaltado a todos os níveis. Terá êxito? Não sei. Mas sei que o tem feito, e que cada um de nós está apenas obrigado a seguir a sua consciência e a fazer um esforço a favor das causas

“

Espero, por isso, que os esforços do Papa Francisco, não só em relação ao Islão, que foi o exemplo que deu, mas também em relação aos outros ramos do cristianismo, tenham êxito.

que tem, quando causas legítimas e necessárias. E ele fá-lo. E também outros. Lembro, neste campo, por exemplo, o querido amigo Dr. Jorge Sampaio, que também acompanhou muito os problemas da liberdade religiosa e que esteve à frente duma estrutura criada sob a égide das Nações Unidas para o diálogo entre as civilizações. Agora, sabemos que as dificuldades continuam, que a perseguição religiosa continua, que há líderes religiosos que não contribuem de modo nenhum para o diálogo entre as religiões...

Espero, por isso, que os esforços do Papa Francisco, não só em relação ao Islão, que foi o exemplo que deu, mas também em relação aos outros ramos

do cristianismo, tenham êxito. Participei há alguns meses numa cerimónia levada a cabo por uma Igreja protestante (pessoalmente não gosto muito do termo...), precisamente a favor do diálogo entre as religiões — e onde estava também o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, o senhor Presidente da República, eu próprio tomei a palavra... — e vejo que há também da parte das várias denominações cristãs uma vontade de aproximação entre as várias Igrejas em que o cristianismo se separou, que têm entre si diferenças nalgumas coisas mas que têm como fundamento principal o Evangelho.

Voltemos a Portugal. A liberdade religiosa também pode ser uma porta aberta ao crime fácil de manipulação da consciência, da carteira, da intimidade e da própria vida das pessoas. Que garantias oferece o Estado português aos cidadãos contra estes potenciais abusos?

As garantias são aquelas que o Estado oferece a todos aqueles que são vítimas de crime: são as garantias do Código Penal Português, a garantia de que qualquer cidadão poder apresentar queixa de ter sido vítima duma prática de extorsão, de lavagem de consciência, de exploração da sua fé, de perseguição dentro da própria Igreja, enfim, de todo esse tipo de situações que descreve. Mas devo dizer-lhe

que nunca recebemos na CLR nenhuma queixa sobre alguma prática desse tipo, nem conheço nenhum julgamento em tribunal, embora admita, naturalmente, que tais práticas possam existir. Temos conversado com várias religiões sobre esse fenómeno, a propósito de notícias vindas de outros países, mas em Portugal não houve do meu conhecimento nenhuma queixa sobre essa matéria.

Sente que a Comissão da Liberdade Religiosa, a que preside, tem o reconhecimento das religiões em Portugal?

Sinto um ambiente favorável à ação da Comissão, com grande apreço sobretudo pela Lei da Liberdade Religiosa e legislação complementar, pela Comissão e, se me permite, pela minha própria pessoa, sem vaidade. É a minha percepção, como hoje se diz, mas, evidentemente, só perguntando às várias religiões... O ano passado, por exemplo, celebrámos na Gulbenkian, sob a presidência do senhor Presidente da República, que esteve presente e fez uma intervenção sobre os 20 anos da Lei da Liberdade Religiosa, em que esteve também o Núncio apostólico e onde recebemos mensagens por meio vídeo do senhor Cardeal-Patriarca e do senhor Presidente da Assembleia da República e do senhor Presidente Jorge Sampaio, e o ambiente que eu senti por parte de todas as religiões presentes, e que fazem parte da estrutura de diálogo inter-religioso de que já falámos, foi, repito, de grande apreço. Portanto, estou de consciência tranquila, sabendo que há sempre coisas que poderiam ter sido feitas de modo diferente e que há sempre caminho a fazer para a frente.

14 Grande Plano

CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS DA EUROPA
 Rede quaresmal de oração
 “A Igreja em oração pela paz na
 Ucrânia e pelas vítimas da Covid”
 Em Portugal, será no dia 29 de março



Palavra de Deus

DOMINGO IV DA QUARESMA
 27 de março de 2022

LEITURA DO LIVRO DE JOSUÉ

Jos 5, 9a. 10-12

LEITURA DA SEGUNDA EPÍSTOLA AOS CORÍNTIOS 2 Cor 5, 17-21

Irmãos: Se alguém está em Cristo, é uma nova criatura. As coisas antigas passaram; tudo foi renovado. Tudo isto vem de Deus, que por Cristo nos reconciliou consigo e nos confiou o ministério da reconciliação. [...] Nós somos, portanto, embaixadores de Cristo; é Deus quem vos exorta por nosso intermédio. Nós vos pedimos em nome de Cristo: reconciliai-vos com Deus. A Cristo, que não conheceu o pecado, Deus identificou-O com o pecado por causa de nós, para que em Cristo nos tornemos justiça de Deus.

EVANGELHO SEGUNDO SÃO LUCAS

Lc 15, 1-3. 11-32

Naquele tempo, os publicanos e os pecadores aproximavam-se todos de Jesus, para O ouvirem. Mas os fariseus e os escribas murmuravam entre si, dizendo: «Este homem acolhe os pecadores e come com eles». Jesus disse-lhes então a seguinte parábola: «Um homem tinha dois filhos. O mais novo disse ao pai: ‘Pai, dá-me a parte da herança que me toca’. O pai repartiu os bens pelos filhos. Alguns dias depois, o filho mais novo, juntando todos os seus haveres, partiu para um país distante e por lá esbanjou quanto possuía, numa vida dissoluta. Tendo gasto tudo, houve uma grande fome naquela região e ele começou a passar privações. Entrou então ao serviço de um dos habitantes daquela terra, que o mandou para os seus campos guardar porcos. Bem desejava ele matar a fome com as alfarrobas que os porcos comiam, mas ninguém lhas dava. Então, caindo em si, disse: ‘Quantos trabalhadores de meu pai têm pão em abundância, e eu aqui a morrer de fome! Vou-me embora, vou ter com meu pai e dizer-lhe: Pai, pequei contra o Céu e contra ti. Já não mereço ser chamado teu filho, mas trata-me como um dos teus trabalhadores’. Pôs-se a caminho e foi ter com o pai. Ainda ele estava longe, quando o pai o viu: encheu-se de compaixão e correu a lançar-se-lhe ao pescoço, cobrindo-o de beijos. Disse-lhe o filho: ‘Pai, pequei contra o Céu e contra ti. Já não mereço ser chamado teu filho’. Mas o pai disse aos servos: ‘Trazei depressa a melhor túnica e vesti-lha. Ponde-lhe um anel no dedo e sandálias nos pés. Trazei o vitelo gordo e matai-o. Comamos e festejemos, porque este meu filho estava morto e voltou à vida, estava perdido e foi reencontrado’. E começou a festa. Ora o filho mais velho estava no campo. Quando regressou, ao aproximar-se da casa, ouviu a música e as danças. Chamou um dos servos e perguntou-lhe o que era aquilo. O servo respondeu-lhe: ‘O teu irmão voltou e teu pai mandou matar o vitelo gordo, porque ele chegou são e salvo’. Ele ficou ressentido e não queria entrar. Então o pai veio cá fora instar com ele. Mas ele respondeu ao pai: ‘Há tantos anos que eu te sirvo, sem nunca transgredir uma ordem tua, e nunca me deste um cabrito para fazer uma festa com os meus amigos. E agora, quando chegou esse teu filho, que consumiu os teus bens com mulheres de má vida, mataste-lhe o vitelo gordo’. Disse-lhe o pai: ‘Filho, tu estás sempre comigo e tudo o que é meu é teu. Mas tínhamos de fazer uma festa e alegrar-nos, porque este teu irmão estava morto e voltou à vida, estava perdido e foi reencontrado’».



ESPIRITUALIDADE - A MENSAGEM DE FÁTIMA - 8

«O meu imaculado coração será o teu refúgio...»

João Castelhana

Já tinha constado: Nossa Senhora aparecera aos três pastorinhos e prometera voltar no dia 13 de cada mês. Por isso, já havia um pequeno grupo de devotos que, ao meio dia, rezava o terço com os pastorinhos. E, como prometido, Nossa Senhora vem ao seu encontro.

Assim o relata a Lúcia: “Depois de rezar o Terço com a Jacinta e o Francisco e mais pessoas que estavam presentes, vimos de novo o reflexo da luz que se aproximava e, em seguida, Nossa Senhora sobre a carrasqueira, em tudo igual a Maio. – *Vossemecê que me quer?* – Perguntei. – *Quero que venhais aqui no dia 13 do mês que vem, que rezeis o Terço e que aprendam a ler. Depois direi o que quero.* Pedi a cura de um doente. – *Se se converter, curar-se-á durante o ano.* – *Queria pedir-lhe para nos levar para o Céu.* – *Sim; a Jacinta e o Francisco levo-os em breve. Mas tu ficas cá mais algum tempo. Jesus quer servir-se de ti para me fazer conhecer e amar. Ele quer estabelecer no mundo a devoção ao meu Imaculado Coração. A quem a abraçar, prometo a salvação; e serão queridas de Deus*

estas almas, como flores postas por Mim a adornar o seu trono. – Fico cá sozinha? – Perguntei, com pena. – *Não, filha. E tu sofres muito? Não desanimes. Eu nunca te deixarei. O Meu Imaculado Coração será o teu refúgio e o caminho que te conduzirá a té Deus.* Foi no momento em que disse estas últimas palavras que abriu as mãos e nos comunicou, pela segunda vez, o reflexo dessa luz imensa. Nela nos víamos como que submergidos em Deus. A Jacinta e o Francisco pareciam estar nessa parte da luz que se elevava para o céu e eu na que se espargia sobre a terra. À frente da palma da mão direita de Nossa Senhora, estava um coração cercado de espinhos que parecia estarem-lhe cravados. Compreendemos que era o Imaculado Coração de Maria, ultrajado pelos pecados da humanidade, que queria reparação.”

«...Quero que rezeis o terço...» Em Outubro vai dizer quem é: «*Eu sou a Senhora do Rosário.*» Mas logo em Maio e em todas as aparições, pede que rezem o terço todos os dias. Na verdade, o terço centra-nos na promessa definitiva do triunfo da Mi-

sericórdia que a paixão, morte e ressurreição de Jesus veio trazer ao mundo. O Terço abre-nos o caminho da humildade na fé, como Maria, que com o seu «sim» fez da vida um dom. Meditar os mistérios da vida de Cristo, no seguimento de Maria, é deixar-se habitar pela presença de Deus incarnado. Meditamos, nos mistérios gozosos, a vinda de Deus ao nosso encontro, fazendo-se homem. Nos mistérios da luz, o Deus que nos acompanha e nos ensina a percorrer os caminhos da vida. Nos mistérios dolorosos, o Deus que está conosco e nos ampara nas horas de sofrimento e dor. E nos mistérios gloriosos, o Deus que nos indica a meta final, a alegria eterna para a qual nos conduz. Evocação da vida e do amor de Cristo, leva o crente a fazer da sua vida, como Maria, como os pastorinhos, um dom a Deus. Os terços terminam numa cruz. Explica S. João Paulo II: “O terço converge para o Crucificado. Em Cristo, está centrada a vida e a oração dos crentes. Tudo parte d’Ele, tudo tende para Ele, tudo por Ele, no Espírito Santo, chega ao Pai.”

NEM SÓ DE PÃO | COMENTÁRIO À LITURGIA DOMINICAL

Vem experimentar comigo a riqueza de acolher a fragilidade



Carlos Neves

A parábola que nos é contada no evangelho da missa de hoje é conhecida como a parábola do filho pródigo, pois grande parte da narrativa centra-se em todo o processo de afastamento e de regresso do filho mais novo, percorrendo ao longo de todo esse tempo o caminho existencial das opções erradas, das consequências, da consciência da sua miséria e da atitude humilde de se levantar e regressar à casa do pai (como evoca o lema diocesano da nossa Quaresma). Alguns autores consideram, contudo, que o grande personagem da parábola não é o filho mais novo, que de algum modo apenas vai reagindo às circunstâncias, mas sim o pai – o pai cheio de misericórdia, o pai que não desiste do filho, que não desanima com o passar dos dias, nem perde a esperança com a sua velhice, o pai que cala quando não adianta falar, que acolhe quando é preciso acolher, que

fala quando é hora de falar. Certamente que a meditação sobre ambos os personagens (o filho pródigo e o pai misericordioso) nos pode ajudar a crescer muito no modo cristão de estar na vida.

A pesar disso, não há dúvida de que as três parábolas da misericórdia de Lucas (também esta) têm como alvo os fariseus e os escribas que murmuravam entre si contra Jesus, por ele acolher os pecadores e comer com eles. É isso que diz o texto. Nesse sentido, a principal personagem que Jesus coloca diante dos seus opositores – porque os retrata – é o irmão mais velho, aquele mesmo cuja argumentação com o pai é similar à oração do fariseu no templo (Lc. 18, 9-129, ou à resposta do jovem rico (Mt. 19, 16-22) incapaz de seguir Jesus porque tinha muitos bens: “nunca transgredi uma ordem tua”. Curiosamente, todos os três, apesar de tão cheios

de ‘cumprimentos’, estão ‘vazios de qualquer coisa’: o fariseu do templo tem necessidade de apontar o publicano para se dar por garantido do que diz...; o jovem rico continua à procura da chave para possuir a vida eterna...; o irmão mais velho, esfomeado de um simples cabrito!, que o esburaca de ressentimento. E o desafio que Jesus faz a todos os três, desafio particularmente visível no jovem rico (que era uma pessoa real, singular e bondosa) é: livra-te dessa quinquilharia de ter “feito tudo”, que tomas por grande riqueza, e vem experimentar comigo a verdadeira riqueza de ser misericordioso, de acolher a fragilidade, de caminhar com o mais fraco, de te esvaziars da santidade de cartilha para te encheres da santidade da compaixão.

De facto, na nossa meditação de rotina e espiritualizante da parábola

ENTRADA
 Alegria-te, Jerusalém | CEC 191
 Benigno Criador | NCT 492
 O Senhor é minha Luz | NCT 224

APRESENTAÇÃO DOS DONS
 Com o sol que se levanta | NCT 579
 Se me envolve a noite escura | NCT 563
 Perdoai, Senhor | NCT 440
 Em Vós, Senhor está a Fonte da Vida | 13 ENPL 34

COMUNHÃO
 Alegremo-nos porque o nosso irmão | CEC 192
 Pai pequei contra o Céu | NCT 499
 Jesus Cristo amou-nos | CEC 135

PÓS-COMUNHÃO
 Olhai para mim, Senhor | CEC II 48/51
 Minha Luz e Salvação | CT 421
 É preciso renascer | CT 306

SUGESTÃO DE CÂNTICOS



FESTIVAL DIOCESANO DA CANÇÃO JOVEM
25ª edição ocorre no primeiro ano dedicado pelo Plano Pastoral Diocesano aos jovens.

Nave de Exposições da Lousã, 19 de março, 21h

Informação 15

MISERICÓRDIAS DA DIOCESE DE COIMBRA COM O SEU BISPO

Virar a página da pandemia, lembrar as vítimas, agradecer aos colaboradores



No dia 12 de março, mais de 400 colaboradores das Misericórdias existentes na Diocese de Coimbra – entre dirigentes, colaboradores e utentes – participaram numa celebração eucarística diocesana, na Sé Nova, em Coimbra, presidida por D. Virgílio Antunes. A celebração foi simultaneamente de ação de graças pela ação das Misericórdias, de compromisso na sua missão, apesar das enormes dificuldades que atravessam, e de

memória de todos aqueles que padeceram em consequência da Pandemia. Nas palavras do Dr. António Sérgio Martins, Presidente do Secretariado Regional de Coimbra da União das Misericórdias Portuguesas “um virar de página em definitivo da Pandemia, mas sem esquecer os que sofreram com ela, homenageando ainda, todos os colaboradores que se empenharam na manutenção dos cuidados indispensáveis ao bem-estar dos mais frágeis.”

António Sérgio Martins não quis deixar ainda, de apelar ao Estado para que tenha especial atenção a um Setor, como é o Social, que tem estado na linha da frente no apoio aos que mais precisam, mas que se tem debatido com a necessidade do reforço do apoio nessa missão, e no respeito pela sua autonomia e identidade.

As Misericórdias manifestaram ainda a sua solidariedade para com as vítimas do conflito bélico entre a Ucrânia e a Rússia.

BAIRRO DA ROSA, EM COIMBRA

Projeto quer validar competências pessoais



A Cáritas de Coimbra, em parceria com o Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional da Associação Paralisia Cerebral de Coimbra, está a promover um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação escolar de Competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida, no Centro Comunitário São José, um equipamento de intervenção comunitária da Cáritas no Bairro da Rosa, em

Coimbra. A frequência do RVCC iniciou-se no dia 8 de março, e traduz-se em ações centradas na promoção da igualdade de género e/ou focalizadas no desenvolvimento de competências e de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar. Abrange pessoas de toda a comunidade que manifestaram interesse na obtenção de certificação escolar nos níveis de 1.º, 2.º, 3.º ciclo e ensino secundário.

do evangelho de hoje, facilmente identificamos o pai da parábola com Deus Pai, o filho mais novo com o ‘dever ser espiritual’ de cada um de nós, e o filho mais velho com o ‘não dever ser espiritual’ de cada um de nós. E certamente é uma leitura válida. Mas nada obriga na parábola a identificar o pai com Deus. Aliás, Jesus parece identificá-lo consigo mesmo. Lembremos que o objetivo com que Jesus conta esta parábola é defender o seu próprio comportamento (acolher os pecadores e comer com eles). Ora se o pai da parábola é o próprio Jesus, e se ser cristão é, antes de mais, viver com os critérios de Jesus, então a primeira e principal lição da parábola é que nós devemos ser sempre como aquele pai, fazendo com Jesus essa experiência de acolher os pecadores e comer com eles, em vez de ficar a murmurar entre nós próprios sobre quem o faz.

“Todos temos a arte de melhorar a vida de alguém”

Cáritas de Coimbra faz o seu peditório público

“Todos Temos a Arte de Melhorar a vida de Alguém” e “Todos Temos o Talento de Ajudar Quem Mais Precisa” são os motes que trazem a Cáritas de Coimbra para a rua e para os centros comerciais no peditório público que decorre de 17 a 19 de março. Os valores angariados, conforme comunicado da Instituição, vão apoiar pessoas ou famílias que se encontrem em situação de inesperada carência económica e social, com especial enfoque no apoio à ação social nas comunidades paroquiais da Diocese de Coimbra.

Preparação da Jornada Mundial da Juventude

Toulon quer Coimbra

Uma delegação da diocese de Toulon, do sul de França, visitou Coimbra, no dia 7 de março, para reunir com o Comité Organizador Diocesano (COD) da JMJ. O encontro decorreu no salão paroquial de Meãs do Campo, e estiverem presentes representantes do “COT Inspira-te” e do “COT Jovem 2023” (das paróquias em que os jovens de Toulon pretendem fazer os seus Dias Nas Dioceses).

Diocese de Coimbra em caminhada para a Páscoa

Catequeses do Bispo todos os domingos

Na grande caminhada de preparação para a Páscoa, D. Virgílio Antunes faz todos os domingos, na Igreja de Santa Cruz, uma catequese diocesana, inserida na oração de Vésperas, às 17h. Repetindo também a experiência do Advento, a lectio divina diocesana está disponível em caderno e em vídeo (canal youtube da diocese).

Encontro de formação

Conselhos Económicos e Comissões de Capela

Vai decorrer no dia 26 de março o encontro anual de formação para os Conselhos Económicos e Comissões de Capela (das 9h30 às 13h, no Seminário Maior de Coimbra). A formação destina-se sobretudo aos novos elementos destes órgãos, mas está aberta também aos antigos.

Movimento da Mensagem de Fátima

Nova direção para o triénio 2021-2024

Com data de 16 de fevereiro de 2022, o Bispo de Coimbra homologou a nova Direção Diocesana do Movimento da Mensagem de Fátima da Diocese de Coimbra, assim constituída: Pedro Alexandre Estrela Ribeiro Silvestre Madeira (Presidente), Diana Afonso (Secretaria), Rogério Simões Martins (Tesoureiro), Catarina Amado (Vogal da Oração), Margarida Maria Martins Henriques Matos (Vogal dos Doentes), Maria da Luz Patrício (Vogal das Peregrinações), Aldina Martins (Vogal das Peregrinações, adjunta), Jorge Pessoa (Vogal dos Jovens), Elisabete Lopes (Vogal das Crianças). É Assistente Diocesano o Cônego João Baptista Marques Castelhana.

Iniciativa do blogue “A’Cerca de Coimbra”

Mons. Nunes Pereira no projeto “Conversas Abertas”

O projeto “Conversas Abertas”, iniciativa do blogue “A’Cerca de Coimbra”, com o apoio do Clube de Comunicação Social e do Arquivo da Universidade de Coimbra, promove no dia 25 de março, às 18h, na Sala D. João III do Arquivo da UC, uma palestra sob o tema *Mons. Nunes Pereira. O homem, o sacerdote e o artista*. São palestrantes a Dr.ª Virgínia Gomes (Técnica do MNMC) e a Dr.ª Cidália Maria dos Santos (Curadora do Museu Nunes Pereira). No âmbito desta *Conversa Aberta*, o artista plástico José Maria Pimentel fará a apresentação de uma proposta de monumento a Mons. Nunes Pereira a instalar junto à rua com o seu nome, em Coimbra. O projeto “Conversas Abertas” vai decorrer nas últimas sextas-feiras dos meses de março a junho e no dia 13 de maio, com diversos temas.

Comissão Nacional Justiça e Paz

“Nunca nos cansamos de fazer o bem”

Como habitualmente, a Comissão Nacional Justiça e Paz tornou pública a sua mensagem para a Quaresma, este ano seguindo a mensagem do Papa Francisco «Não nos cansamos de fazer o bem; porque, a seu tempo colheremos, se não tivermos esmorecido. Portanto, enquanto temos tempo, pratiquemos o bem para com todos» (Gal 6, 9-10a)». A Mensagem da CNJP termina com um apelo concreto: “Acolher os que fogem da guerra, vivendo com eles a experiência da hospitalidade, é certamente hoje uma das maneiras de concretizar uma das obras de misericórdia (cf. Mt 25, 34-46). A preparação da celebração da Páscoa pode nesta Quaresma passar, de um modo muito concreto, pelo exercício deste acolhimento, porque, não tenhamos medo de o afirmar, a verdade sobre a nossa fé acontece também quando cuidamos dos sofrimentos dos outros, ou passamos ao largo (cf. FT 70).



PAINEL NOS 100 ANOS DO CORREIO DE COIMBRA

Com intervenções de Paulo Fontes, António Jesus Ramos e moderação de Fernando Taveira da Fonseca.

Dia 18 de março, na Biblioteca do Seminário, 21h

Opinião

POLÍTICA & SOCIEDADE

Dia Internacional das Mulheres em tempos de guerra na Ucrânia

Liliana Marques Pimentel



Dia Internacional das Mulheres, 8 de março, dia em que se comemoram as conquistas de todas as mulheres, dia em que devemos olhar para os direitos humanos com outros olhos e celebrar a coragem e determinação de quem ajudou a reescrever os seus direitos.

Neste dia, em 1857 uma manifestação espontânea, levada a cabo por trabalhadoras do sector têxtil da cidade de Nova Iorque, em protesto contra os baixos salários, contra a jornada de trabalho de 12 horas e o aumento de tarefas não remuneradas e que foi reprimida pela polícia de uma forma brutal e da qual resultaram muitas mulheres mortas.

Apesar do primeiro Dia Internacional da Mulher ter surgido na Europa e nos Estados Unidos da América, no final do século XIX, só em 1975 foi instituído como Dia Internacional das Mulheres pelas Nações Unidas.

Neste mês de março, do ano 2022, é com profunda tristeza que vemos as mulheres ucranianas a fugir da guerra com os filhos nos braços, a darem à luz em abrigos e a deixarem os homens na frente de combate. A violência se-

xual e o tráfico de seres humanos atingem de forma brutal as mulheres neste tipo de conflitos. Os pilares da democracia e da igualdade estão a estremecer.

Nem o batom, nem a maquiagem podem desqualificar a nossa capacidade de fazer intervenção política no campo onde todas as transformações doem. Sabemos que, ainda hoje, quando uma alta liderança se disputa, além das qualificações que devem estar obviamente à altura do desafio, para as mulheres sobram sempre apreciações pessoais, normalmente depreciativas, que pretendem desvalorizar as suas qualificações. Tudo isto é fado, e evidencia a subtileza das discriminações que sobre as mulheres ainda hoje recaem.

Apesar de todos os avanços relativos aos direitos das mulheres, nenhum país atingiu a igualdade plena entre homens e mulheres. A mudança efetiva tem-se mostrado difícil e lenta para a maior parte das mulheres e raparigas do mundo. Muitos têm sido os obstáculos que permanecem inalterados na lei e na cultura de muitos países. As mulheres continuam a

ser desvalorizadas, algo que se traduz, entre outras coisas, nos seus salários: de acordo com a ONU, atualmente, as mulheres continuam a ganhar menos 23% que os homens. Mais graves ainda são os números relativos à violência sexual contra as mulheres: 1 em cada 3 mulheres já sofreu algum tipo de violência física ou sexual; e mais de 200 milhões de mulheres e raparigas foram vítimas da mutilação genital. É ainda preocupante apercebermo-nos de que, todos os anos, 12 milhões de raparigas são forçadas a casar-se antes dos 18 anos — o que significa 23 raparigas por minuto, uma a cada 3 segundos. E, apesar disto parecer uma prática arcaica, de acordo com a UNICEF, o Brasil, um país do mundo lusófono, tem o 4.º maior número de noivas menores do mundo, contabilizando 3.034.000 raparigas. Em Moçambique, o número, apesar de menor (649.000), equivale à 9.ª taxa mais alta de casamentos forçados com crianças a nível mundial.

No que diz respeito a Portugal, na prática, ainda estamos longe de alcançar a igualdade. Apesar

das mulheres serem iguais aos homens perante a lei portuguesa, as estatísticas mostram que apesar do aumento de mulheres em cargo de gestão ter aumentado em Portugal, em 2021 a diferença salarial era de 23%. Saliente-se o tempo muito superior que as mulheres despendem a cuidar da casa e dos filhos para além do trabalho fora de casa, nas dificuldades em aceder ou a manter um emprego, porque a gravidez e os filhos continuam a ser considerados um fardo para a mulher com potencial prejuízo para o seu desempenho profissional. E, em termos de violência, os números não são muito animadores: em 2019, um total de 28 mulheres (num universo de 35, quando contabilizando crianças e homens) morreram em contexto de violência doméstica — uma média de mais de 2 mulheres por mês.

No entanto, eu acredito que um novo dia está a amanhecer. As mulheres de hoje estão a liderar movimentos globais de mudança. Estão a abordar questões mundiais como a justiça climática, a liberdade de imprensa e o acesso ao progresso científico e não estão a pedir autorização: estão a ocupar os seus lugares à mesa. Este ano, no Dia Internacional da Mulher, gostaria de aplaudir esta nova geração de jovens mulheres, pela sua coragem em falar, inspirar os outros e mobilizar os seu pares, para um amanhã mais sustentável.

É preciso investir mais na cultura da paz

Já é irreversível uma mudança cultural no continente europeu sobre o lugar da política de defesa, avance a guerra na Ucrânia para onde avançar. E o único caminho no horizonte parece ser o do armamento massivo e crescimento dos exércitos. Todavia, todos sabem que é uma loucura: é uma loucura porque canaliza investimentos que fazem falta noutras frentes; é uma loucura porque já há armamento de sobra; é uma loucura porque a guerra nunca é verdadeira solução para nenhum conflito, sendo que feitas todas as contas quando a guerra acaba, independentemente de quem impõe as condições finais para a paz, todos os contendores perdem e perdem em muitas frentes, a mais importante das quais são as vidas ceifadas e as que, sobrevivendo, se arrastam por longos anos com os traumas da guerra.

Demos por certo, apesar disso, a inevitabilidade do crescimento das coisas relativas à guerra. Mas se assim for, então temos também que dar por ainda mais necessário o crescimento das coisas relativas à cultura da paz: a educação, a liberdade, a cooperação, o respeito pela diferença, o reforço das estruturas de diálogo internacionais... Em particular, as instituições internacionais não podem ficar cerceadas a intervenções marginais de apelos e condenações inconsequentes, escasso socorro humanitário e manutenção de paz em cenários menores. Antes, precisam de ser capacitadas para intervir exatamente onde se joga a cultura da paz: na educação, na democracia política, na liberdade de imprensa, na liberdade religiosa... Não se pode deixar, por exemplo, "normalizar" a ditadura política, cumprindo cegamente no campo da coisa pública universal o infame ditado do "entre marido e mulher não metas a colher". Ora as estatísticas dizem que o número absoluto e relativo de pessoas a viver sob ditadura, em vez de diminuir, tem vindo a aumentar...

A invasão da Ucrânia pela Rússia pode ter-nos obrigado a reorientar muitas das nossas políticas para as coisas da guerra, mas também provou duas coisas: que as democracias estão do lado certo da história; que as democracias têm mecanismos capazes de pressionar os Estados ditatoriais em ordem ao respeito dos direitos humanos. Agora, como sabemos que os Estados democráticos só o fazem se para isso forem empurrados pela opinião pública dos eleitores, voltamos à mesma conclusão: temos que ser mais exigentes na promoção de uma cultura da paz.

Carlos Neves

100 anos. E depois?

Jorge Cotovio | jfcotovio@gmail.com



Não sei qual a esperança de vida de um semanário da natureza do *Correio de Coimbra*. Mas cem anos, cheios de vida com esperança... é obra! A diocese deve, pois, regozijar-se por este feito.

Confesso que nutro uma grande simpatia pelo jornal. Desde pequeno me habituei a tê-lo semanalmente em casa, a saborear os *contos de Natal*, de Maria Espiñal (ou o seu *Miradouro*), mais tarde os *Sintomas*, de Urbano Duarte, ou a *Fé e Compromisso*, de José Dias. E ainda me lembro da secção *Por terras de Ansião* — região que nunca tinha pisado na altura, e a que mais tarde me ligaria tão intimamente.

Esta cumplicidade afetiva com o *Correio* consolidar-se-ia na década de 90 do século passado, expressa, de início, em esporádicos escritos sobre a família (às vezes simples reportagens), e depois em artigos de opinião, abordando, maioritariamente, a intervenção dos leigos na vida e na missão da Igreja.

Senti — e sinto — esta colaboração como um singelo contributo para este jornal diocesano

cumprir a sua missão de ser eco do pulsar desta Igreja particular de Coimbra, assente não só nas notas oficiais da hierarquia e nos relatos das principais atividades pastorais que se vão realizando, como também no pensamento multifacetado de tantos colaboradores.

Depois desta curta viagem à memória, urge olhar para a frente — porque o *Correio*, tal como o seu amigo *Tio Ambrósio*, é imortal... E mais do que pensar na forma como vai configurar-se nos tempos vindouros, é bom desenvolvermos alguma reflexão sobre a razão de ser desta (invulgar) existência. E questionarmo-nos: Para quem escrevemos? Quem nos lê? O que é que cada colaborador acrescenta ao senso comum? O jornal está sintonizado com a missão da Igreja (prioritariamente evangelizar)? Estamos a acompanhar as suas *tendências* atuais (?) — designadamente a opção pelos pobres, a abertura às periferias, a mobilização dos jovens, a sinodalidade, o confronto pacífico com as *questões fraturantes*, a *reparação* dos pecados intestinos, o rompimento com hábi-

tos e rotinas pouco apelativos, a proatividade (e não reatividade) da Igreja, o abraço dos cristãos à sociedade secularizada?

Como é que este jornal, com milhar e meio de assinantes (dos quais nem meio milhar o leem com regularidade e alguma atenção), numa diocese com mais de meio milhão de residentes, pode ser um *sinal* para os poucos católicos praticantes, e para os outros? (Nos tempos que correm, aposto que até mesmo os leitores mais fervorosos são tentados a trocar a leitura do *Correio* por fúteis mensagens nas redes sociais e notícias na Net.)

Caros amigos, o *Correio*, com esta vetusta idade, merece que gastemos tempo a pensar como o podemos enriquecer e levar mais longe. Se é verdade — e deve ser! — o *slogan* "Amo a Igreja, leio o seu jornal", então quem, nas comunidades, mais está comprometido nas pastorais, deve assinar e ler (e aprender com) o *Correio*. Partindo do princípio de que todos os presbíteros, diáconos e membros das instituições religiosas cumprem este pressuposto, porque não uma ampla divulgação junto dos mem-

bro dos conselhos pastorais e dos conselhos económicos, dos catequistas (e pais das suas crianças), dos coros, dos grupos caritativos, dos movimentos, das irmandades, das misericórdias, dos participantes nas missas, etc.? É claro que muitos destes amigos me dirão que isto é o que todas as unidades pastorais/paróquias estão fartas de fazer... E eu respondo assim: a maioria das comunidades não faz isto; e as poucas que fazem, se não têm sucesso, terão a gravíssima obrigação de mudar a estratégia utilizada, para tentar obter resultados mais satisfatórios. Este exercício custa? Sim. Mas vale a pena ser feito? Claro que sim, porque "amo a Igreja". E como chegar mais longe, aos "periféricos" (muitos deles bem próximos de nós)? Que tal ensaiarmos o hábito de lhes oferecer assinaturas, ao invés de oferecer garrafas de vinho ou *bugigangas*?

Este(s) propósito(s) será (serão), sem dúvida, a melhor prenda de aniversário que podemos oferecer ao centenário *Correio*. Para que ele continue a ter sentido na Igreja particular de Coimbra (e não só).